

LEITURAS



Artus, Patrick; Virard, Marie-Paul
Globalização, o pior está para vir
 Livro, Lisboa, 2010.

Patrick Arthus, professor na Escola Politécnica de Paris e na Sorbonne, e Marie-Paul Virard, jornalista da revista económica *Les Echos*, escrevem um excelente pequeno ensaio sobre as desigualdades crescentes da globalização. A nível económico, aprofunda-se uma divisão internacional do trabalho baseada na contra-posição entre países emergentes, que se especializam em bens cuja produção necessita sobretudo de trabalho de baixas qualificações e os países avançados, em que se concentram os sectores que utilizam trabalho qualificado. Paradoxalmente, actividades industriais representativas das fases menos avançadas do processo produtivo à escala global são deslocalizadas para a China, Hong-Kong, Indonésia e outros países emergentes, o que tem como principal consequência o au-

mento do emprego industrial nestes países e a sua queda nos países desenvolvidos, onde se concentram cada vez mais as actividades imateriais intensivas em conhecimento que, apesar de se situarem a montante do processo material de produção, são condições indispensáveis para a sua expansão. Eis como a tradicional distinção entre trabalho produtivo e improdutivo deixa de ter significado.

Outro aspecto sublinhado pelos autores é a perda de empregos nos sectores expostos à concorrência internacional nos países desenvolvidos, em consequência da entrada no mercado mundial de uma enorme oferta de força de trabalho dos países emergentes, obrigada a trabalhar por salários significativamente mais baixos. Prova disso é que entre 1999 e 2007 a produtividade aumentou 30% para a totalidade do planeta e o salário real por cabeça apenas 18% (p. 38). As desigualdades aumentam não apenas entre os “*tops* da classe hiperglobalizada” e os restantes trabalhadores, sobretudo os que possuem uma menor mobilidade voluntária, mas também entre os *working poor* e os *working rich* (literalmente “trabalhadores ricos”): “Por toda parte, os *working rich* estão na mó de cima. A internacionalização e a mobilidade acrescida do trabalho altamente classificado levaram à convergência progressiva dos salários dessa categoria de trabalhadores” (p. 41).

A expressão “*working rich*” não é muito feliz, para além de ser imprecisa. Sintoma fundamental desta imprecisão é a inclusão dos *managers* entre este tipo de trabalhadores. Estes, apesar de receberem um “salário de direcção” pelas suas funções de controlo e organização da produção em representação dos maiores accionistas, extraem a maior parte do seu rendimento do lucro empresarial, por exemplo sob a forma de *stock options* e outras remunerações provenientes do lucro, e são pagos em função dos resultados, o que reforça ainda mais a sua característica de meras extensões de um di-

reito de propriedade concentrado num número cada vez menor de grandes accionistas que controlam, através das sociedades anónimas, um capital muito maior do que subscreveram, canalizando grande parte deste não para o investimento produtivo, mas para a especulação financeira. Apesar desta insuficiência conceptual, o livro de Artus e Virard é mais um interessante contributo para o debate sobre as consequências económicas e sociais da planetarização do capital.

BLOGS



<http://braganzas.blogspot.com/>

The Braganza Mothers Blogue esteticamente muito bom, escrito por vários autores (alguns são professores) sobre a actualidade sócio política.

O seu conteúdo é muito polémico, de humor fortemente mordaz. Como se diz correntemente “não aconselhado a almas sensíveis”. Quem gostar do género prepare umas boas gargalhadas.



<http://infinito-pessoal.blogspot.com/>

Infinito Pessoal Blogue Literário de Luís Galego, rico pela sua prosa e poesia. Recomendamos vivamente. “Amar não acaba. É como se o mundo estivesse à minha espera. E eu vou ao encontro do que me espera”

CATEGORIAS DE UM ABSURDO (QUASE) QUOTIDIANO

1- Instabilidade: Há dois anos, de acordo com a nova legislação sobre gestão e administração, as Escolas/Agrupamentos elegeram um Conselho Geral Transitório que, no ano passado, elegeu um Director. O candidato apresentou um projecto educativo para a escola/agrupamento que deveria ser desenvolvido em 4 anos. Contudo, passado apenas 1 ano, boa parte destes directores termina funções devido à criação de novos e mais alargados agrupamentos. Volta a ser nomeada uma Comissão Administrativa Provisória, demite-se (com que base legal?) o Conselho Geral ainda há pouco entrado em funções, volta a ser eleito um Conselho Geral Transitório, para o próximo ano haverá de novo eleições para estes órgãos, provavelmente para serem substituídos logo que um novo ministro tome posse e faça a sua reforma educativa “da praxe”... Parece mesmo a sucessão de governos na 1ª República! Será possível um sistema educativo funcionar assim?

2- Falta de respeito: Chamam-se os directores das escolas a quem se diz: desde hoje as vossas escolas estão agrupadas, têm 48 horas para me indicarem um director, caso contrário eu nomeio um (devem ter uma bolsa de comissários políticos prontos para o efeito). Não é ficção, é assim que estão a ser constituídos os novos agrupamentos! Conselho Geral? Não se ouve, que isso é perda de tempo. Professores? Que cumpram o que o director decidir! (Afinal, na lógica do poder, o director está lá para isso mesmo: executar o que o poder manda) A propagandeada participação da “comunidade” através do Conselho Geral ou o incentivo à participação cívica dos cidadãos (neste caso os professores) na vida das escolas não são mais do que balelas para entreter incautos! E a estafada “autonomia” das escolas serve para quê?

3- Irresponsabilidade: com estes novos agrupamentos criados em Julho, à martelada, como vão ser feitos os horários para o próximo ano? Cada escola faz os seus? Há uma equipa de horários “de agrupamento”? Nos casos em que um professor seja colocado a dar aulas em estabelecimentos diferentes no mesmo agrupamento, fica claro quem lhe paga o transporte e o tempo gasto nas deslocações?

Que acontecerá aos professores, dos quadros ou contratados, se da junção resultar um excesso?

Seria normal que a reflexão sobre tudo isto antecederse a formalização.

4- Ausência de preocupações pedagógicas: destes mega-agrupamentos resultarão, em muitos casos, “escolas” com 2500 ou 3000 alunos. Que é feito da preocupação em criar escolas de média dimensão, humanas, em que as pessoas se conheçam? Resultarão departamentos constituídos por 50, 60, e em alguns casos por mais de 100 professores, ainda por cima de diversas disciplinas. Como se pode trabalhar assim?

5- Ausência de um plano estrutural de conjunto: não é conhecida qualquer visão de conjunto que integre esta fúria agrupamental na inevitável nova estruturação do currículo resultante da extensão da escolaridade obrigatória para 12 anos, no modelo de formação inicial dos docentes e mesmo na necessidade de repensar o decreto da gestão. Se tal existe (hipótese pouco provável) então deveria ser pública e discutida.

Nota final: é provável que com estas medidas tomadas de supetão e “sobre o joelho” se poupe algum dinheiro. Mas, ao desqualificar-se pedagogicamente a escola pública (é de facto disso que se trata) temo que estejamos a deitar a escola pública “para o charco”. Torna-se cada vez mais necessária a luta por uma escola pública de qualidade para todos - que tem sido o objectivo dos professores e educadores que continuam a acreditar numa sociedade mais justa, mais livre, em suma, numa sociedade democrática. ■

Neste número:



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

As crises dentro da crise

18 Reportagem

Escola Afonso Domingues

21 Escola/Professores

21. Ensino Privado e Cooperativo

22. A Primeira República e o Ensino

25. Cursos de via profissionalizante

26. A aposentação é um direito

24. Uma vez mais os concursos e o reino do faz de conta

25. Sobre o Estatuto do Aluno

26. Ensino Particular e Cooperativo

28. Luís Carmo

29. “Democracia para a escola”

Contra o PEC

30 Opinião

O professor, o país e a crise

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Protecção na parentalidade:

Faltas para assistência a filhos



É POSSÍVEL SAIR DA CRISE E CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR

Carvalho da Silva

PÁGINA 17





FOTO: FELIZARDA BARRADAS

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 238 JUNHO/JULHO 2010

■ As crises dentro da crise é (são) o tema deste Dossier. Uma abordagem múltipla, como múltiplas são as suas expressões e o seu peso no nosso quotidiano. Desde a denúncia de a quem serve o seu culto, de como a finança impõe a sua vontade, ao elencar das formas como atinge os mais pobres, ou os elos mais fracos, ou a escola. E ainda uma análise do papel e das respostas possíveis dos sindicatos. ■

A quem serve o culto da crise?

Joaquim Jorge Veiguiña

• Dirigente do SPGL

Os mercados transformaram-se recentemente em entidades metafísicas, transcendentais, supra-sujeitos perante os quais governos e o cidadão comum se tornaram súbditos. São dotados do dom da infalibilidade que não admite nenhuma contestação nem crítica. Dos seus humores conjunturais depende o emprego de milhões de pessoas no planeta. Os mercados representam apenas uma relação reificada entre pessoas, compradores e vendedores, transformando as pessoas em coisas e elevando à dignidade de sujeitos de inspiração divina as coisas que as primeiras transaccionam. Os mercados financeiros, as Bolsas de valores, constituem o estádio supremo desta condição alienada: depois de serem os principais responsáveis pela eclosão da crise de 2008-2009, são agora os juizes de última instância sobre a sanidade financeira das nações endividadas, mantendo-as sob a ameaça de lhes ser retirado o crédito necessário ao funcionamento da sua economia, transformando-as em párias se não cumprem as regras draconianas do rigor orçamental, que se está a transformar cada vez mais numa espécie de *rigor mortis* do crescimento económico e do emprego. Os mercados vivem e alimentam-

se do culto da crise. Atingem o máximo da sua florescência de sujeitos todo-poderosos quanto mais esta se vai alastrando. A solução que propõem para que as economias saiam do buraco negro em que foram mergulhadas é a guerra económica de todos contra todos, eufemisticamente designada pelo termo “aumento da competitividade”. Mas para que as nações sejam mais “competitivas” é necessário nivelar por baixo os direitos sociais, reduzir os salários nominais nas nações mais endividadas – como advoga o prémio Nobel da Economia de 2009 Paul Krugman – cortar brutalmente nas prestações e despesas sociais para reduzirem os seus défices orçamentais e orientarem as suas economias exclusivamente para a promoção das exportações. Este neomercantilismo tem na Alemanha o seu representante mais emblemático: o melhoramento sensível da sua competitividade, traduzido nos seus enormes excedentes comerciais, foi conseguido à custa da redução brutal das prestações e ajudas sociais, da contenção salarial e da diminuição drástica dos investimentos públicos, materiais e imateriais. O reverso da medalha foram os défices externos da Espanha, de Portugal, da Irlanda, da Grécia e da Inglaterra e de outros países da União Europeia, zona que é responsável por mais

de dois terços das exportações alemãs. Afinal, os mercados entregues a si próprios revelam simplesmente que não tendem para o equilíbrio, mas, pelo contrário, se alimentam do aprofundamento dos desequilíbrios económicos e sociais e entre as nações. Mas como se julgam infalíveis continuam a preconizar as mesmas medidas desastrosas: exportem, nações, cada vez mais, limitem a procura interna para que possam tornar-se cada vez mais competitivas, independentemente do agravamento das diferenciações sociais e económicas. O fundamental, dizem os mercados, é que a produtividade das actividades exportadoras cresça mais do que a redução do emprego das indústrias orientadas para os mercados internos. Se assim acontecer, o *rating* do país melhorará, apesar da situação social interna se tornar cada vez mais insustentável. O evangelho da competitividade pregado pelos mercados serve também de critério legitimador para reduzir os direitos sociais ao mínimo e, no limite, se não houver resistência e alternativas consistentes aos seus apóstolos e arautos, acabar definitivamente com estes, expurgando-os dos textos constitucionais onde ainda existem e erradicando-os da prática social e política. Os sintomas desta ameaça que se torna cada dia mais iminente são claros e

inequívocos. Assim, a crise serve de pretexto para o estabelecimento de medidas que alargam cada vez mais a idade da aposentação, aumentam cada vez mais as penalizações pela reformas antecipadas e geram formas de cálculo em que os futuros aposentados receberão uma pensão mais baixa do que anteriormente, mesmo que seja a “pensão máxima” cada vez mais “mínima”. Tudo em nome da sustentabilidade – dizem os mercados –, ignorando, no entanto, que é necessário criar formas alternativas de financiamento do sistema de Segurança Social Pública, já que são precisamente as actividades que produzem os maiores excedentes, as actividades intensivas em capital ou as indústrias baseadas numa elevada incorporação do conhecimento, as que menos contribuem relativamente para o sistema. E prolongar a idade da reforma é duplamente penalizador: esta contribui para aumentar a pressão sobre os que são obrigados a trabalhar mais tempo, limitam o acesso ao emprego dos mais jovens e fomentam os contratos atípicos.

As restrições orçamentais legitimam também uma repartição da riqueza em que os rendimentos do trabalho perdem cada vez mais peso. O aumento dos prazos para a concessão dos subsídios de desemprego, o corte nas prestações e ajudas sociais e a obrigatoriedade dos beneficiários do subsídio em aceitarem salários cada vez mais baixos sob pena de perderem o “privilégio” de serem sustentados pelo Orçamento de Estado no seu período de inactividade forçada e involuntária, contribuem para uma redução generalizada dos salários. Complementarmente, os investimentos sociais são bloqueados e postos em causa: cortes nas despesas com a saúde e na educação tornam-se regra em inúmeros países. *Last but not least*, os mercados e a competitividade económica põem em causa a sustentabilidade ambiental em nome do crescimento económico: na União Europeia a Comissão considera que não existem con-

dições para aumentar as reduções das emissões de gases geradores do efeito estufa de 20 para 30 por cento.

Estranho paradoxo: nunca existiram tantas condições para superar as iniquidades económicas e sociais do capitalismo predador fruto da desregulação dos mercados; por outro lado, apesar da crise económica já se ter transformado em crise social de proporções alarmantes, não surgiram ainda

alternativas políticas credíveis no horizonte. Dum lado, as forças políticas que tentam gerir a crise a reboque da ditadura imperiosa dos mercados e que, por conseguinte, falham redondamente, pois não conseguem evitar o agravamento das diferenciações sociais; do outro, as forças políticas minoritárias que se alimentam da intensificação das polarizações sociais para recolherem mais aderentes, mas que se revelam completamente incapazes para federar o descontentamento existente num projecto credível de alternativa política que já não pode contentar-se com estafados slogans pré-estabelecidos

e com formas de luta que eram porventura eficazes há 35 anos atrás, mas que têm muito menos impacto actualmente. Entretanto, os mercados vão alargando cada vez mais o seu reinado e submetendo ao seu poder sem rosto uma legião crescente de novos súbditos. ■



FOTO: SWILEN WILEV

A crise da dívida pública ou como a finança impõe a sua vontade

Nuno Teles
• Economista

A palavra crise entrou há muito no dia-a-dia dos portugueses. Uma década de crescimento medíocre e contínuo aumento do desemprego, seguido pelo brutal impacto da crise financeira internacional de 2007-09, tornaram o lento declínio da nossa economia e a austeridade associada numa realidade quotidiana aparentemente inescapável. No entanto, nos últimos meses Portugal, a par da Grécia e da Espanha, tornou-se um dos países no centro das atenções dos liberalizados mercados financeiros internacionais. O aumento do défice das contas públicas (inevitável num contexto de forte contracção de economia internacional) abriu caminho para um brutal ataque especulativo aos títulos de dívida pública portuguesa. Os mercados começaram a exigir taxas de juro cada vez maiores ao estado português, colocando em risco a sua capacidade de refinanciamento da sua dívida. Paralelamente, mais preocupante, mas menos falada, é a situação do sector bancário nacional, intermediário do nosso endividamento externo privado, sem capacidade de refinanciamento nos mercados internacionais. O consequente racionamento do crédito privado ao consumo e investimento, além dos anunciados ataques aos serviços públicos e programas de

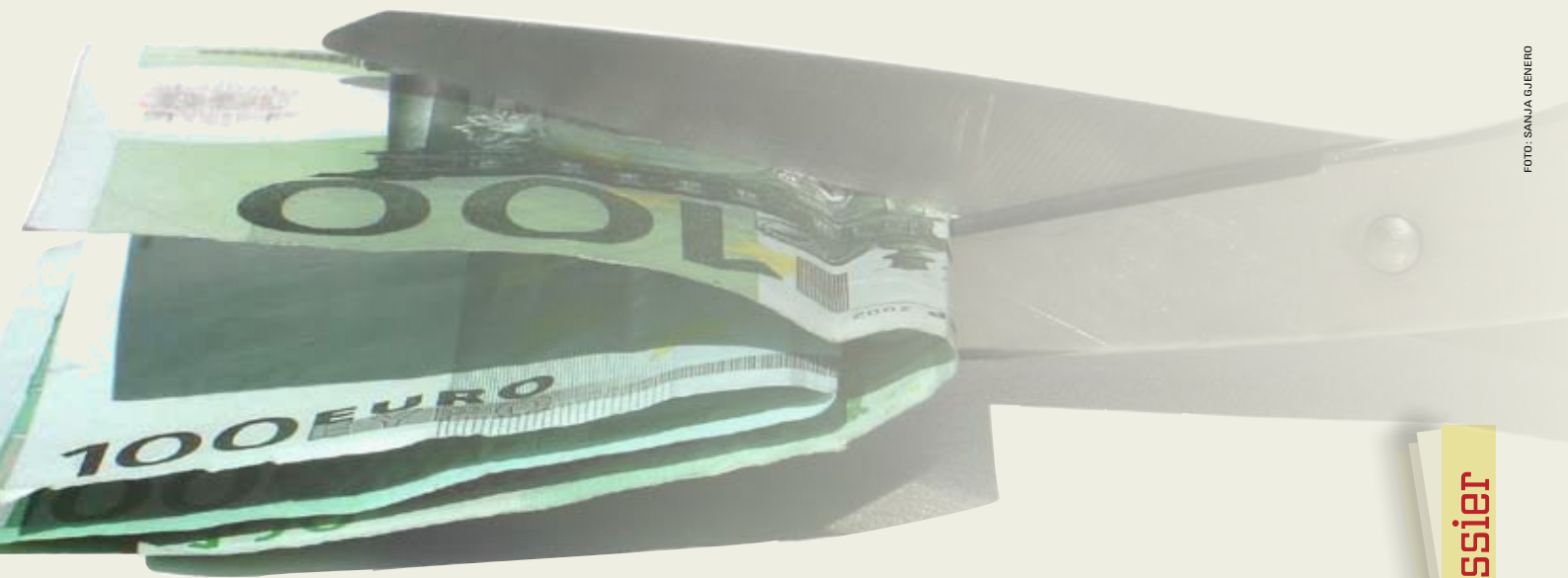
privatizações por parte do Estado, prometem assim a continuação da crise e o empobrecimento como nossa condição futura.

A explicação para actual crise assenta em dois diferentes vectores. Um estrutural, na assimétrica arquitectura europeia, assente no euro, que condenou a nossa economia a uma contínua perda de competitividade e estagnação. O outro mais conjuntural, em que a actual crise dos títulos de dívida que afecta os países europeus do sul deve ser entendida como a continuação da crise financeira, iniciada em 2007 nos EUA.

Os problemas estruturais das economias periféricas europeias residem na sua longa perda de competitividade e acumulação de crescentes défices externos, traduzidos em dívida privada (caso de Portugal e Espanha) ou pública (caso Grego), que os colocam numa situação vulnerável perante os mercados financeiros. Tal deve-se à forma assimétrica como a integração monetária no euro foi conduzida, com uma política monetária obcecada pela inflação e negligente com o crescimento e o emprego e com fortes restrições à política orçamental dos Estados, limitada pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Sem possibilidade de utilizar os tradicionais instrumentos de política económica, o ajustamento das diferentes economias fez-se através do mercado de trabalho. Todos os

países impuseram pressão sobre os salários e condições de trabalho mediante sucessivas reformas da legislação laboral, fragilizando a posição do trabalho face ao capital. A Alemanha foi campeã nesta corrida para o fundo, com custos laborais congelados nos últimos 15 anos. A política laboral alemã produziu resultados medíocres para a sua própria economia, com crescimento anémico, elevados níveis de desemprego e ganhos de produtividade quase inexistentes. No entanto, a acrescida competitividade externa traduziu-se em crescentes excedentes externos de economias, com correspondentes défices externos dos países do Sul da Europa que não conseguiram acompanhar o ritmo de compressão do trabalho. O resultado foi a acumulação de dívida, financiada por mercados de capitais com excesso de liquidez durante os primeiros anos da última década.

Este quadro de fragilidade financeira foi agudizado com a crise financeira de 2007-09, o colapso das exportações e do investimento privado obrigou os Estados a aumentarem os seus défices públicos como única forma de evitar um cenário próximo ao da Grande Depressão de 1929. À maior procura de financiamento externo de todos os Estados nos mercados financeiros correspondeu, no caso europeu, um maior apetite dos bancos por este tipo de activo



financeiro, normalmente entendido como refúgio em tempos de turbulência. Os bancos europeus procuraram refugiar-se em títulos de dívida pública denominados em euros de países como a Grécia, Portugal, Espanha, reforçando a trajetória de crescente financiamento da dívida privada e pública destes países. Estes títulos eram então percebidos como activos com um risco similar aos da Alemanha, mas com um rendimento superior.

A falência do Lehman Brothers, em Setembro 2008, alterou radicalmente o comportamento destes bancos. A percepção do risco dos títulos de dívida pública dos países do sul aumentou e os bancos adoptaram estratégias de entesouramento, cortando o crédito concedido. Esta alteração de comportamento foi activamente apoiada pelo Banco Central Europeu, que concedeu empréstimos de curto prazo a baixas taxas de juro, em quantidades recorde. Os bancos europeus embarcaram numa estratégia simples de refinanciamento junto do BCE a 1% e empréstimos aos Estados europeus (agora, sobretudo do centro da Europa) a 3-5%, conseguindo assim recuperar os seus balanços e apresentar lucros já no ano de 2009. Porém, na primeira oportunidade, aproveitaram para morder a mão que os tinha livrado da bancarrota. No início de 2010 a percepção do risco dos títulos de

dívida dos países da periferia aumentou exponencialmente. Mercados arriscados e consequentemente voláteis são a arena ideal dos especuladores que procuram grandes ganhos com as erráticas mudanças de preços dos activos financeiros. O não pagamento da dívida soberana no Dubai, os anunciados défices recorde da Grécia, Espanha e Portugal, e a descida de *rating* - medida de risco avaliada por três grandes empresas privadas anglo-saxónicas - dos seus títulos criaram o caldo de oportunidade para lucrativos ataques especulativos dos agentes financeiros.

Com o preço da dívida a aumentar e, sobretudo, com a procura de dívida pública a reduzir-se, os Estados periféricos enfrentam a possibilidade de não conseguir refinar a dívida que será vencida nos próximos meses. Uma situação de não cumprimento (*default*) neste momento causaria efeitos devastadores nos bancos alemães e franceses, grandes detentores de títulos de dívida dos países do sul. Daí a necessidade dos empréstimos da EU/FMI à Grécia, com condições de cortes na despesa pública de forma a garantir o seu pagamento, o novo instrumento de 700 mil milhões de euros construído pelos diferentes Estados e a compra de dívida por parte do BCE no mercado secundário (aos bancos e não directamente aos Estados). É nes-

ta perspectiva, de contínuo salvamento das instituições financeiras europeias, que toda a presente acção da UE deve ser enquadrada. Num contexto de aumento do desemprego e estagnação económica, a UE enveredou por uma estratégia de austeridade pública generalizada, ainda que mais violenta nos países periféricos, destinada a apaziguar os mercados financeiros mas que condena as diferentes economias à recessão e crise social.

Assim, face ao *ditakt* da finança, uma profunda reconfiguração democrática da integração europeia apresenta-se como cenário mais favorável. A coordenação de políticas orçamentais e laborais, o reforço do orçamento europeu e do seu carácter redistributivo, correctoras dos desequilíbrios macroeconómicos, aliada a uma refundação do sistema financeiro, regulando e taxando as transacções, apoiadas num sector público financeiro robusto ao serviço da economia real, represoras da especulação financeira, são exigências de muitos anos que hoje ganham nova urgência. Exigências de um necessário reequilíbrio da balança do poder económico favorável ao trabalho cuja voz é pouco audível na actual correlação de forças sociais e políticas. ■

Os pobres que paguem a crise

Nos últimos dias de Maio, os *media* anunciavam o fim de oito das 20 medidas anti-crise criadas na sequência da recessão económica. A lógica da selecção feita pelo governo português – referiam – é “conservar as medidas de apoio à contratação e deixar cair as de apoio aos desempregados”. Como justificação, a ministra do Trabalho considerou que se estava a “retirar medidas que eram temporárias, que se destinavam a responder a problemas temporários e situações de excepção”. Que, pelos vistos, estariam ultrapassados... Entretanto, dia 30 de Maio, o Diário de Notícias noticiava: “O Estado português vai prolongar as medidas extraordinárias de apoio ao sector bancário, criadas em 2008 para fazer face às dificuldades decorrentes da crise”.

O contraste fala por si. É difícil ser mais claro no que respeita a opções políticas.

Ligia Calapez

• Jornalista

Em nome de “inevitabilidades” como a crise, os mercados, o PIB, o combate ao défice, ou outros conceitos *endeusados*, é esta a lógica política que hoje impera, de forma generalizada.

Questionando os conceitos invocados para justificar as políticas anti-sociais implementadas, nomeadamente o PIB, a economista Manuela Silva citou, num encontro organizado pela ATTAC, Ladislau Dowbor: “Ultimamente temos olhado para a economia apenas do ponto de vista do ritmo de crescimento, esquecendo-nos de pensar o que está crescendo e para quem”. Na mesma linha de ideias está o documento da Comissão das Comunidades Europeias, *O PIB e mais além; Medir o progresso num mundo em mudança*, em que se afirma que o PIB não mede “a sustentabilidade ambiental nem a inclusão social, pelo que estas limitações devem ser tidas em conta ao utilizá-lo na análise e debates sobre políticas”.

A crise – sublinha o documento – “devia também ser encarada como uma oportunidade para orientar a nossa economia mais firmemente na via para uma economia de baixo teor de carbono e eficiente na utilização dos recursos. A resposta à crise deveria procurar proteger os mais afectados e mais vulneráveis na sociedade. Estes desafios apontam para a necessidade de marcos mais inclusivos que apenas o crescimento do PIB, de indicadores que integrem de forma concisa realizações (como a melhor coesão social, a disponibilidade de produtos e serviços básicos a preços acessíveis, a educação, a saúde pública e a qualidade do ar) e perdas (por exemplo, aumento da pobreza, aumento da criminalidade, esgotamento dos recursos naturais) a nível social e ambiental.”

Denunciando estas políticas, que esquecem – ou talvez não... - “o que está crescendo e para quem”, Carvalho da Silva afirmou, numa conferência em Faro, na Faculdade de Economia “É o maior roubo organizado da História. O dinheiro mobilizado pelos governos em me-

nos de um ano para tapar buracos é 58 vezes o orçamento das Nações Unidas para o combate à pobreza”.

Entre o PEC e o fim de medidas anti-crise

Só por si, o **fim antecipado de oito medidas anti-crise**, tem graves consequências a nível social.

Segundo o <http://economico.sapo.pt> de 28/5, vai abranger “186,4 mil trabalhadores ou empresas, que deixam assim de poder aceder aos apoios. Só no caso dos incentivos ao emprego estão em causa 123,4 mil pessoas ou empresas, ou seja metade do total de beneficiários que o Governo pretendia apoiar inicialmente (mais de 248 mil).”

Por outro lado, “as medidas de apoio aos desempregados e relativas ao abono de família vão deixar de fora 63 mil pessoas. Em causa está o alargamento do subsídio social de desemprego por mais seis meses (para agregados mais pobres), a redução (em três meses) do tempo de trabalho que dá acesso ao subsídio *normal*, e a majoração em 10% da prestação para casais desempregados e com filhos. Acresce ainda o fim do montante adicional do abono de família por conta das despesas de educação (e que desaparecerá entre o 2º e 5º escalão).”

A versão completa do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) implica, como refere o *Público* de 17/3, “um **agravamento fiscal** para a generalidade dos contribuintes de IRS, independentemente dos seus rendimentos, e o **congelamento** dos limites máximos da esmagadora maioria das **prestações sociais** pelo menos até ao final de 2013.”

Este agravamento fiscal resulta do facto de o PEC prever o congelamento, durante anos, da dedução específica ao rendimento bruto dos contribuintes. “Actualmente, essa dedução corresponde a 72 por cento do salário mínimo nacional (SMN) recebido em doze meses. Ora, o PEC prevê que o montante do SMN em 2010 (475 euros) *fica inalterado* até que o Indexante dos Apoios Sociais (419,22 euros) atinja o valor actual do SMN. A partir daí, o SMN é substituído na fórmula pelo IAS. O problema é que o PEC congela também o IAS até 2013.”

Ao congelar o valor do IAS até 2013, o Governo vai congelar também, de facto, a generalidade dos apoios sociais, que estão dependentes deste indexante: abono de família, subsídio para pessoas com deficiência, rendimento social de inserção (RSI). E ainda os limites máximos e mínimos do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego.

De salientar que, como denuncia a Frente Comum em documento sobre o PEC, “o corte de benefícios fiscais vai atingir sobretudo os trabalhadores com salários na ordem dos 550 euros. Entretanto, os bancos vão continuar a pagar uma taxa efectiva de IRS de cerca de metade da que é paga pelas restantes empresas”.

Outro importante – e frequentemente ignorado – aspecto da política fiscal é denunciado por Eugénio Rosa. “Entre 2007 e 2010 – destaca o economista – o peso da matéria colectável sujeita à taxa reduzida de IVA (actualmente 5%) aumentou em 8,2% (passou de 26,8% para 29%), enquanto o peso da matéria colectável abrangida pelas restantes taxas diminuiu respectivamente em -6,8% (o da taxa 12%) e em -2,3% (o da taxa 20%). E a taxa reduzida de IVA incide fundamentalmente sobre bens e serviços de 1ª necessidade (cereais, arroz, pão, leite, carne, peixe, manteiga, azeite, ovos, iogurtes, queijo, legumes, frutas, sal, água, gás, electricidade, medicamentos, serviços médicos, transportes, etc.) que têm um peso muito grande nos orçamentos das famílias de menores rendimentos.”

Desigualdades e pobreza

“São os que não geraram a crise que a vão pagar”, afirmou Eugénio Fonseca, presidente da Caritas portuguesa. Citado no blog *precari@sinflexiveis*, o responsável da Caritas alerta para a emergência por que passam já muitas famílias, que correm o risco de deixar de ter rendimentos “para o mais elementar, para o que é sobrevivência”.

E é mesmo de sobrevivência que se trata, quando estão em causa prestações sociais como o – deliberadamente estigmatizado – RSI (Rendimento Social de Inserção). Em declarações referidas no *Diá-*

rio de Notícias, o sociólogo Vítor Rodrigues lembra que “a partir deste ano, o RSI passou a ter um tecto de financiamento, independentemente das necessidades reais dos potenciais beneficiários da medida, o que leva a que seja estabelecida uma quota, o que se traduz em menores taxas de aprovação de candidaturas”. E sublinha que “as medidas de retracção da atribuição do RSI” estão em “contradição com as reais necessidades da população”.

Ou ainda, quando mais de 1,3 milhões de pensionistas estão em risco de perder apoios na saúde. Sendo que, segundo a Rede Europeia Anti-Pobreza (REAP), a “vulnerabilidade à situação de pobreza” é de 26 por cento para os idosos.

Ou ainda, quando, como vem referido no *Público*, “no mesmo dia em que a OCDE divulgou que a taxa de desemprego em Portugal chegará aos 10,6 por cento no final de 2010, acima dos 9,8 por cento previstos pelo Governo – a ministra do Trabalho, Helena André, anunciou que o prolongamento por seis meses do subsídio social de desemprego, atribuído aos desempregados mais pobres, vai acabar já nos próximos meses”.

Como pano de fundo, um quadro de profundas desigualdades. A OCDE alertou, recentemente, para o agravamento da desigualdade social e da pobreza nos últimos vinte anos, em 75% dos países que a integram. Portugal destaca-se, neste quadro. No nosso país 20 por cento da população já é pobre ou muito pobre, e o país continua a ter dos mais elevados níveis de desigualdade salarial no contexto da União Europeia. Segundo a REAP, “Em 2008, 20 por cento da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6,1 vezes o rendimento dos 20 por cento da população com rendimento mais baixo”.

Quem ganha e quem perde

Há quem ganhe com a crise. Ou quem viva bem com ela. Em documento sobre o PEC, a Frente Comum lembra que “há dinheiro em Portugal”. E especifica: “20.000 milhões de euros foram postos à disposição da Banca e os lucros dos 5 maiores bancos, só nos pri-

meiros 9 meses de 2009, atingiram cerca de 1.450 milhões; cerca de 4.500 milhões de euros já foram utilizados para salvar o BPN; a banca paga de IRC cerca de metade do que paga a generalidade das empresas; a fuga ao IVA, só em 2009, atingiu 3.000 milhões de euros; a EDP apresentou lucros de 1.204 milhões de euros, mas o custo da energia eléctrica aumentou; a PT também teve lucros de 683 milhões de euros, mesmo com os esbanjamentos que vieram a público e ainda por esclarecer”.

Mesmo na área da saúde - onde se levantam questões particularmente sensíveis, com as exigências de cortes orçamentais, nomeadamente em áreas como a da oncologia - há quem ganhe. De acordo com os dados divulgados pela Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), em 2009 as receitas dos hospitais privados ascenderão a 950 milhões de euros, mais 27 por cento que em 2008.

Entretanto, para a maioria da população, mesmo para a que não se encontra nas franjas da pobreza, são as próprias perspectivas de vida que estão em causa.

Num estudo sobre as mudanças geradas na vida das pessoas desempregadas, em particular no emprego de longa duração, a investigadora Ana Paula Tavares, da Universidade do Minho, refere: “Tiveram que reduzir e mudar muito dos seus estilos de vida, tirar filhos da creche, deixar de ter um carro, não conseguir pagar a hipoteca da casa, não dar prendas aos filhos e não convidar amigos para as suas casas”.

Para lá da sua dimensão financeira, as políticas actualmente implementadas afectam a vida de todos nós, também através da precariedade (que tenderá a agravar-se). Carvalho da Silva referiu-se-lhe, numa conferência realizada em Abril, em Faro, de forma particularmente expressiva: “Como é que vocês, jovens, para quem hoje não existe qualquer estabilidade, podem pensar na sociedade e em coisas como constituir família e construir um futuro, com a precariedade que existe? Isto já não é só um problema económico, é um problema estrutural de toda a sociedade e vamos ter que ser todos nós a resolvê-lo”. ■

O voo pesado das cegonhas

(ou a crise da escola na viragem para o século XXI)



Carla Cibebe

• Prof. ESE Setúbal

As cegonhas são animais de peso considerável e, no entanto, voam. A força da gravidade é qualquer coisa que não se deve desprezar, mas de diversas maneiras, tal como as cegonhas, o homem foi capaz de conceber objectos capazes de riscarem os céus de um canto ao outro do mundo, e mais... de se lançarem em aventuras pelo espaço sideral. Começo assim a escrever sobre a crise da escola; pela esperança. Não é porém a esperança dos ingénuos e a dos optimistas, mas sim a esperança dos animais e dos homens metódicos e obstinados. Significa assim que a crise, sendo insatisfação e perturbação, pode também transformar-se em desafio e mudança. Falta-nos saber se somos capazes de vencer o peso encerrado na palavra *crise*.

E isto supondo que a crise da escola é de facto verdadeira, que ela existe como facto, o que só é possível de atestar com base em critérios de evidência de difícil prova. Dados para contestar a ideia de crise não faltarão, serão porventura tantos quantos os que a atestam. Vejam-se, contra a ideia da existência de uma crise, os inquéritos sobre a confiança que a sociedade deposita em diferentes profissionais: os professores estão geralmente entre aqueles que mais a merecem(1). Questionem-se os alunos, para quem a escola é geralmente uma instituição incontestada. Se tivesse tempo haveria de perguntar-lhes o que era para eles a crise da escola, e não posso confirmar, mas creio que muitos diriam tratar-se de um conceito inventado por adultos. Não quer dizer que não tenham aspectos críticos a apontar, mas crise seria porventura um termo que considerariam exagerado.

Mas para muitos a crise existe; ela é não só real, como motiva o desgosto dos profissionais e dos pais, influencia investigação e trabalho académico, reflexão de *opinion makers* e especialistas em educação. No entanto, para os quadrantes políticos à Esquerda e à Direita (mesmo considerando diversas e interessantes cambiantes entre os dois pólos) as crises são diferentes.

Para a Direita trata-se de crise cultural, ou seja, a massificação do ensino produziu uma espécie de erosão de saberes, diminuiu o

peso da saber erudito no currículo oficial que se tornou permeável a referenciais da cultura popular e de massas (por exemplo, programas de Língua Portuguesa onde se referem novelas e outros produtos televisivos menores). A massificação do ensino trouxe ainda um problema adicional: o diferencial cultural de base dos alunos evidenciou diferentes posicionamentos perante a escola, nem todos a valorizando e a respeitando como instituição de saber e de poder. Mas se isto à partida parecia ser verdadeiro justamente para as classes populares, mais afastadas dos padrões da cultura erudita, há muito que tal deixou de ser assim, não são os alunos das classes populares, ou não são apenas eles, os que mais problemas colocam às escolas e aos professores, nem os que mais questionam a sua autoridade. A crise da escola é assim vista essencialmente como uma crise de autoridade e da qualidade do ensino.

A crise, vista à Esquerda, é bem diferente. O fracasso da escola reside na sua incapacidade de gerar mobilidade social, e de ser uma instituição de inclusão. Ela reproduz inteiramente a estrutura social, excluindo os mais fracos e mais pobres, os que à partida teriam menos hipóteses de progredir na estrutura social. O insucesso escolar aparece como o outro lado da escola para todos, um fenómeno a evidenciar uma correlação dolorosa com variáveis tais como a interioridade geográfica, a pobreza, o nível de escolaridade atingido pelos pais. É esta a crise da escola vista à Esquerda, uma escola incapaz de se construir como um instrumento real de democratização da sociedade, uma escola conformista e conformada. E a esperança, de onde vem ela? Uma ténue esperança de inversão do fracasso é tecida em algumas escolas que mostram que é possível obter sucesso com todos, para todos. E que, ao fazê-lo, não baixam o nível de exigência, mas diversificam o sentido da exigência escolar, pois saber pode significar também saber fazer muitas coisas, nem todas elas consonantes com os padrões da cul-

tura erudita. Agora vejamos, são as escolas e os professores que o conseguem fazer, mas em vez de nos determos nesse aspecto essencial, procuramos insistentemente trabalhar sobre aspectos genéricos, generalizantes, como se fosse possível encontrar o remédio milagroso que a todos poderá curar. O remédio que tirará a escola da crise. Mas, não haverá nenhum com essa magnífica capacidade, não haverá nenhum engenheiro nem arquitecto capaz de construir esse edifício (currículos, programas, manuais, exames...) perfeito e intocável que a todos agradará. É em cada contexto, em cada escola, com as pessoas que a constituem, que ela se poderá construir melhor pouco a pouco, mais do que por comparação com os outros (como é incentivado pelo *ranking* de escolas), por comparação consigo própria. Já muitos disseram antes que é necessário garantir às escolas verdadeira autonomia, mas teremos que o repetir mais vezes, até sermos escutados e termos êxito. E isso é fundamental, essa liberdade de agir, porque tal como um indivíduo só pode superar a sua crise se assim o quiser, e ninguém, nem o terapeuta o consegue fazer por ele, o mesmo se passa com a escola. A escola não pode superar uma crise que não sente e não conhece, só poderá fazê-lo se dela tomar consciência, se lhe der um rosto, se souber o que procura, para onde quer ir, e se a deixarem ir. O mal-estar só depois de ter contornos, tem condições para se tornar um objec-

tivo transformador.

Nenhuma crise se supera sem liberdade, sem responsabilidade, e sem muita imaginação. O factor criativo, essa capacidade de olhar os problemas como desafios é essencial. Resta saber até que ponto estamos a formar professores que se encarem a si próprios como indutores de algum tipo de transformação, pois os currículos da formação inicial foram sujeitos a um emagrecimento forçado de todas as áreas que são fundamentais na estruturação do pensamento pedagógico. Não chega ter vontade, é preciso desenvolver a capacidade e o saber. Deve ser essa junção que faz com que as cegonhas encarem o seu grande porte como um desafio à gravidade; e vençam, e voem. ■

⁽¹⁾ Os professores são a profissão em que os portugueses mais confiam e também aquela a quem confiariam mais poder no país, segundo uma sondagem mundial efectuada pela Gallup para o Fórum Económico Mundial (WEF). <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=55956&visual=3&layout=10>



A crise,

a precariedade e os PEC's

(Professores Eternamente Contratados)

Vitor Miranda

• Direcção do SPGL

Olá! Ora então estás colocado!? – Estás cheio de sorte. Invariavelmente é esta a pergunta fatídica que se faz a um professor contratado.

Dependendo da resposta a afirmação que se lhe segue é o retrato do professor contratado – sorte. É sorte estar-se colocado (nem que seja a 400 km de casa), é sorte ter-se horário (in)completo, é sorte... E eu pergunto: é sorte ser-se contratado há 3, 10, 15 anos? É sorte viver-se na precariedade? Não, não é sorte, é política.

A sorte do Professor Eternamente Contratado (PEC's) é andar de casa às costas; de correr o risco de desemprego e de, quando surge a possibilidade de resolução de uma situação – o mundo mudar. Se não é o mundo que muda é o ambiente político que, sempre com as suas prioridades, muda. É essa a sorte do contratado.

O mundo mudou mas a vida dos PEC's não muda, ou melhor vai mudando (mas para pior, claro!). Quando os cortes orçamentais tocam na base da pirâmide não é de estranhar que estes estejam incluídos no pacote e sejam dos primeiros a pagar a crise através da precariedade, da instabilidade, do desemprego, da eterna estagnação na carreira, da falta de futuro. Em nome de uma mudança, as políticas educativas sofrem alte-

rações que o Ministério da Educação considera ideais para, em nome da qualidade de ensino, proceder à reformulação da escola e ao despedimento em massa dos PEC's.

Para os PEC's o futuro, que sempre foi cinzento, é agora mais negro do que nunca: começa nas ultrapassagens nos concursos por via da avaliação, passa pela fusão dos mega-agrupamentos e encerramento de escolas e termina na nova revisão curricular. O mundo está em mudança e a escola também.

Sobre os concursos convém referir que todos aqueles que, ao longo dos anos, arriscaram colocações longe de casa, na expectativa de acumularem tempo de serviço para melhor se posicionarem nas listas de graduação, se viram ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço e notas inferiores mas que obtiveram mais 1 ou 2 valores por intermédio da avaliação (de salientar que 2 valores correspondem a 2 anos de serviço para um professor profissionalizado e 4 para os de Habilitação Própria).

O encerramento de escolas do 1.º ciclo conduzirá ao despedimento de dezenas de contratados que até aqui nelas eram colocados (e à mobilidade dos efectivos). A criação de mega-agrupamentos (agora definitivamente em fase de consolidação) levará à extinção de muitos postos de trabalho

e à mobilidade dentro destes, em que os horários serão drasticamente reduzidos atirando mais umas dezenas para o desemprego. Estes mega-agrupamentos terão um único órgão de direcção fazendo com que as equipas dos agrupamentos extintos (algumas que nem há um ano tomaram posse) cessem as suas funções e voltem a leccionar a tempo inteiro (reduzindo, mais uma vez, o número de horários vagos). Estas mudanças são mais um passo no sentido de desvincular as escolas do M.E., abrindo caminho para os, há tanto tempo propalados, gestores e, conseqüentemente o fim dos Concursos Nacionais.

Mas desengajem-se os que pensam que as mudanças ficam por aqui. Num mundo que, aparentemente, mudou em três semanas, o Governo prepara-se para mudar ainda mais as escolas. Fala-se já do fim das parcerias pedagógicas e das áreas disciplinares não curriculares, da passagem de aulas de 90m para blocos de 60m (mas mantendo o número de blocos por disciplina) da criação de três ciclos de ensino.

Tudo somado é verdade que a escola muda, mas será que muda para melhor? A realidade é que todas estas questões têm um ponto em comum: cortar os gastos com os docentes contratados (nem a Grécia, no meio da grave crise económica tomou medidas que agravassem o estado dos pi-

lares da sociedade: a educação; a segurança e a saúde).

Em nome da escola e da qualidade da mesma, da crise e do deficit, as medidas tomadas visam “precarizar”, ainda mais, a vida daqueles que servem o sistema e as suas necessidades: aqueles que ficam desempregados a qualquer altura do ano, aqueles que estão anos a fio nas escolas sem serem integrados na carreira, aqueles que mais não são do que meros PEC’s.

O M.E. consegue, em pouco tempo, gerar, publicar e realizar estudos para encerrar escolas, para reorganizar currículos e ciclos de ensino, para alargar a escolaridade obrigatória, mas há muitos anos que não consegue saber quais as reais necessidades do sistema.

Em dois momentos os PEC’S viram uma luz ao fundo do túnel sobre a vinculação mas, como o mundo muda rapidamente, das duas vezes a luz se apagou. Da 1ª vez o “pântano” em que o país se tinha transformado levou à demissão de Guterres e com ele o projecto de vinculação. Agora, em nome de uma crise mundial (política?), aquilo que seria uma obrigação de vinculação dos professores com mais de 10 anos de serviço (não são uma necessidade permanente?) foi substituída por uma recomendação ao Governo, no sentido de se fazer um concurso extraordinário em 2011. Já antes desta recomendação havia um compromisso, um acordo, mas o mundo muda rapidamente.

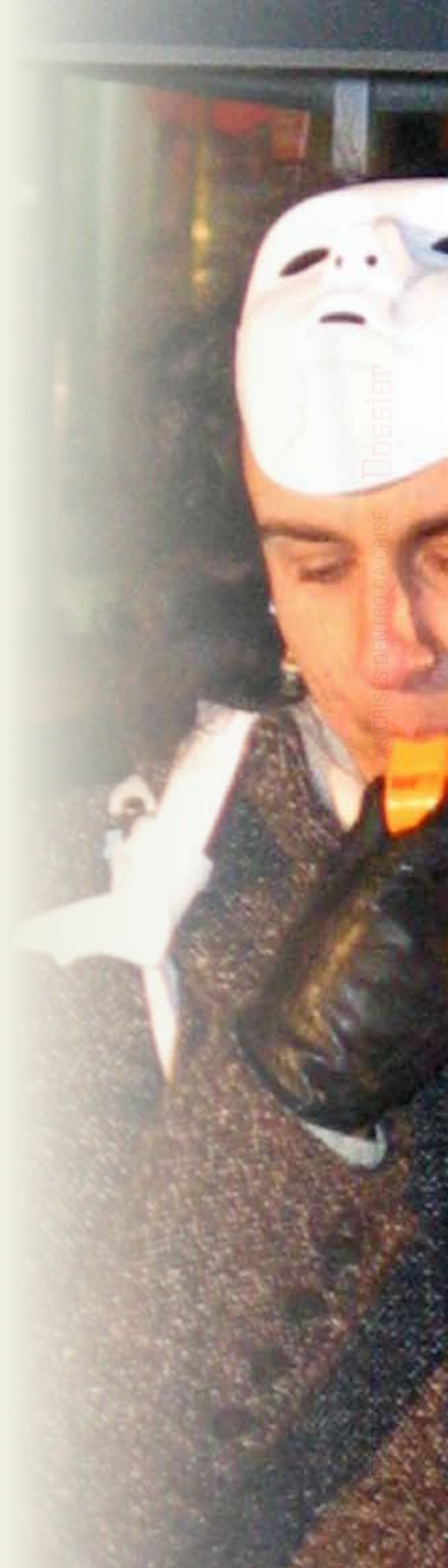
É com a certeza desta mudança que é hoje quase certo que o tal concurso recomendado para 2011 não se realizará. E qual a razão? – o condicionamento de entradas na função pública e a necessidade de todos os concursos que não estejam previstos carecerem da autorização do Ministério das Finanças. E parece que este não estava previsto. Mesmo assente em acordo ainda não obteve o aval do M.F.. E será que vai ter?! E a ter? Abrirão as reais vagas do sistema ou será outra ficção como o foi o concurso de 2009?

A precariedade atingiu máximos históricos. Só este ano lectivo 15 mil professores foram colocados em horários completos e muitos outros em horários incompletos. Muitos estão já no desemprego pois os contratos a termo acabam quando a necessidade terminar, ou seja com o regresso do docente substituído ou logo que a escola o determine ou assim que acabam as aulas.

A crise não é sinónimo de precariedade mas a precariedade conduz os PEC’s à crise: a crise familiar, a crise financeira, a crise existencial... A precariedade fragiliza-os, mas não os deve afastar da luta. A precariedade faz com que muitos se confortem (mas não conformem) com a obtenção de um lugar na escola mas não lhes rouba os sonhos da estabilidade. A precariedade mostra que é hora de lutar pelo já adquirido com esforço e por novas conquistas. O que os PEC’s conseguiram ao longo do tempo não lhes foi dado, tudo foi conquistado: o direito ao subsídio de desemprego, o direito à profissionalização, os direitos de maternidade/paternidade. Os PEC’s não se resignam mas a luta adivinha-se difícil. Os PEC’s existem, moram na casa do lado, ensinam os nossos filhos, têm funções idênticas às dos integrados na carreira.

Em nome da crise, da mudança do mundo, não aceitamos que sejam sempre os mesmos a pagála. O despesismo não se combate cortando no básico e essencial, não se combate com a redução de postos de trabalho ou de vencimentos e muito menos com a instabilidade pessoal. A crise combate-se com políticas fortes, rectas, construídas e ponderadas a longo prazo. Cortar na educação lançando ao desemprego milhares de PEC’s apenas agravará a crise social e o estado da educação.

Sim, o mundo mudou, mas, para os PEC’s, o mundo parece insistir em lembrar-lhes que são mão-de-obra barata para usar e deitar fora, que a sua vida foi, é e será, anónima, precária e incógnita. ■



As Crises da CRISE

Análise e respostas dos Sindicatos



Manuel Carvalho da Silva
• Secretário-Geral da CGTP-IN

Os problemas com que nos deparamos no plano nacional, europeu e global são profundos, mas têm saídas. Para que essas saídas sejam positivas é preciso opções por políticas correctas que utilizem a favor dos cidadãos de cada país, de cada continente e na dimensão mundial, as capacidades de produção de riqueza, de utilização do conhecimento, das tecnologias, da informação e comunica-

ção, da organização da economia e da sociedade.

Hoje, a nível geral como em Portugal, a economia está estrutural e organizativamente afectada com a produção material de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade subjugada à especulação financeira, com o conceito de emprego e o direito ao trabalho postos em causa e continuamente desvalorizados. Tudo isto acompanhado de políticas socialmente injustas.

O desajustamento estrutural e político das instituições, desde o plano nacional ao internacional é um facto, e os sistemas de regulação instituídos sustentam-se sobre falácias que deviam ser expostas e superadas. Mas as “arrumações” e as decisões que vão surgindo do “G8” do “G20”, ou do “G2”, naquilo que se poderá considerar conteúdos de resposta à “crise”, apresentam-se com cargas do passado, receitando mais do mesmo, não abrindo perspectivas de futuro.

A crise energética tende a acentuar-se por tempo não determinado. A crise climática e ambiental constitui-se como um delicado problema a necessitar de toda a mobilização científica e política. O estilo de vida que nos é apresentado todos os dias como ideal

não tem futuro, numa perspectiva universal e afirmada com multiculturalidade e multilateralidade. Aos jovens o sistema isola-os num individualismo institucionalizado e tenta submetê-los, em absoluto, a uma vida de inseguranças e instabilidades: no trabalho como noutras áreas tudo lhes é apresentado como provisório.

Neste contexto observamos que muitos dos problemas com que os **sindicatos** se debatem no plano laboral, social e económico já só terão resposta efectiva politicamente. Mas isso não significa que os sindicatos diminuam a pressão específica nos seus campos de actuação, a luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores e por conquistas pontuais no plano social e económico. Antes pelo contrário, exigem uma **acção mais forte**, sustentada em propostas fundamentadas e acompanhada de atenção redobrada a uma boa construção das suas agendas políticas, como os sindicatos sempre tiveram que fazer em tempos difíceis.

São necessárias **manifestações** de indignação e protesto, de combate às inevitabilidades e ao amorfismo, de protecção dos mais atingidos pelos efeitos das políticas que vêm sendo adoptadas.

Estamos num contexto em que os resultados nos campos social, económico e político podem demorar, mas é a **luta crescente** a nível dos países, no plano europeu e global, que há-de apressar resultados e caminhos novos.

Por outro lado o movimento sindical não é homogéneo. Entretanto, é positivo que, finalmente, os órgãos da Confederação Europeia de Sindicatos tenham marcado para **29 de Setembro** uma acção de carácter europeu em que todos devemos participar, fazendo o mais que pudermos em cada país.

É POSSÍVEL SAIR DA CRISE E CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR

Os sindicatos têm de dar o seu contributo para **descodificar o conceito de crise**, denunciando que esta palavra se tornou, como que uma instituição suprema, invocada permanentemente pelos poderes económico/financeiro e político dominantes, para impor sacrifícios aos trabalhadores e ao povo. Só tem sentido a utilização da palavra crise para pôr em evidência o desemprego, a precariedade, a baixa qualidade do emprego, a pobreza, as desigualdades, as injustiças, o abaixamento da retribuição do trabalho, a exploração desmedida.

Exige-se a clarificação das **causas** e dos **responsáveis** pelos problemas existentes, sob pena de se facilitar a quem provocou a “crise” agora servir-se dela para aprofundar a exploração dos trabalhadores e dos povos.

Portugal, como membro da União Europeia, tem de agir aí defendendo os interesses dos portugueses, mas tem de concretizar um processo próprio de desenvolvimento assente nas suas realidades concretas, nos seus recursos e na capacidade dos portugueses, e tendo presente a sua história, a sua localização, a sua língua e as grandes mudan-

ças geo-estratégicas e políticas no mundo, tem de tratar das suas relações económicas, culturais e políticas a sul.

Os sindicatos, a CGTP-IN, têm noção das características e da dimensão dos problemas do nosso país e por isso avançam com propostas concretas desde logo para o curto/médio prazo:

1 - Dizer não aos **prazos**, às **metas** e aos **critérios de redução do défice** impostos pela União Europeia; denunciar e exigir a correcção da actual forma de **financiamento dos Estados** junto da banca; regular seriamente o **sistema financeiro** e acelerar radicais mudanças no seu funcionamento.

2 - Cortes na **despesa**: nas parcerias público/privado, que nos consomem 28.000 milhões de euros por ano; diminuição drástica nas sub-contratações, onde se gasta cerca de 1,5 mil milhões; eliminação dos bolos ao sector financeiro e a grandes grupos económicos (como os 4.000 milhões concedidos ao BCP e ao BPN) e de benefícios fiscais socialmente injustificados; cortes sérios nos desperdícios e gastos desnecessários que se fazem em tantas áreas.

3 - Adopção de medidas para se obter mais **receitas**: acabar com os paraísos fiscais onde circulam milhares de milhões de euros de capitalistas portugueses (muito deste dinheiro é resultado da exploração de quem trabalha); a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras e taxar as grandes fortunas; combate sério à economia clandestina, que movimenta cerca de 35.000 milhões de euros por ano; combate à fraude e à evasão fiscal e contributiva; tributação das mais valias das SPGS e dos Fundos de Investimentos.

4 - Dinamizar a reindustrialização e o desenvolvimento de todo o **sector produtivo** desde a agricultura, ao sector do mar e aos diversos sectores de produção material de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade;

estimular a **economia interna** para o que é indispensável fazer crescer de forma sustentada os salários e as pensões de reforma na sua maioria.

5 - Combater o flagelo do **desemprego** e da **precariedade**, e criar **emprego** (nos sectores privado e público) com factores de estabilidade e segurança; assegurar o direito e a efectivação da contratação colectiva, instrumento primordial de distribuição da riqueza e de progresso social; assegurar a qualidade e a universalidade dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

É preciso dizer não a uma **governança**, no presente partilhada entre o Governo PS e o PSD, que se submete às pressões economicistas que resultam do PEC da U.E. e às imposições dos especuladores financeiros. Denunciar e combater políticas que estigmatizam os trabalhadores, os desempregados e os pobres. Rechaçar as propostas de aprofundamento do ataque aos direitos dos trabalhadores e ao Estado Social que o PSD, com apoio de todas as forças sociais e políticas de direita, estão desde já a procurar concretizar.

Precisamos de uma efectiva governação do país. De quem governe para as pessoas e com a sua participação, ouvindo e interpretando os seus anseios e aspirações, respeitando e dialogando e construindo propostas com as suas organizações.

Não é possível mobilizar e responsabilizar os cidadãos e cidadãs, sem **políticas justas**, sem verdade e sem compromissos sérios, o que impõe um combate à corrupção, ao compadrio e à ilegalidade.

Seriedade, clareza, rigor e transparência devem constituir a matriz do debate e negociação necessária no plano social e político e a essência para a governação política. ■

Escola Afonso Domingues

“Haveria que valorizar a importância que a escola tem para os miúdos que lá estão”

Entrevista com **Adelaide Rodrigues**

A escola Afonso Domingues, outrora conhecida como a “universidade de Xabregas”, vai fechar portas dia 31 de Agosto. Uma morte há muito anunciada e que agora estará em vias de se consumir. Extinção polémica que culmina um processo que se arrasta há cerca de uma década.

Adelaide Rodrigues, delegada sindical da escola, fala-nos aqui deste processo controverso. Da “importância que a escola tem para os miúdos que lá estão”. Alunos já penalizados “porque nasceram num meio social que já é penalizador”, e que a escola não deveria “penalizar mais uma vez”. E alerta: “se querem apostar em mega-escolas, com 1300 alunos, grandes agrupamentos, onde ninguém se conhece – se é esse o tipo de política educativa que querem – é óbvio que não há espaço para estas escolas”.

Os porquês de uma extinção

Inicialmente era a construção da nova ponte sobre o Tejo que estava em causa. “O documento que recebemos, do ME, dizia que a

escola era extinta no dia 31 de Agosto, devido à intervenção na rede ferroviária, na zona, porque o TGV iria passar ali”. Agora, a Direcção Regional de Educação acrescenta que, na sequência de um estudo sobre a rede escolar, se tinha considerado que “aquele modelo de escola não era necessário na zona. Que, em geral, as escolas da zona dos Olivais-Chelas não estavam a funcionar com o número necessário de alunos. Portanto, não se justificava a existência da escola Afonso Domingues”, dado o seu reduzido número de alunos.

Para Adelaide Rodrigues, o que está em causa é um processo de esvaziamento progressivo.

“Progressivamente tiraram-nos o ensino regular. Sobretudo ao nível do básico. E é o ensino básico que alimenta o ensino secundário. E também nunca houve ali – pelo menos nestes últimos dez anos – nenhuma escola que nos alimentasse directamente. Entretanto as escolas básicas estenderam-se até ao 9º ano, ficando com os alunos que há 20 anos nos mandavam. E nós ficámos sem alunos do ensino regular.”

É verdade que a escola não serve a população local. Os alunos vêm de outras zonas de Lisboa. “Mas sempre vieram - sublinha a nossa entrevistada - Os nossos alunos, mesmo há 20 anos atrás, que foi quando eu fiz aqui o estágio, sempre vieram de outras zonas de Lisboa, até da margem Sul. Porque procuravam aquele tipo de escola, com aquele tipo de identidade, com aquele tipo de projecto.



Uma escola profissional, que oferecia cursos técnico-profissionais. Procuravam-na pela diferença.”

Desde os anos 1999-2000, a Afonso Domingues começou a angariar alunos em toda a Lisboa, para os cursos de educação e de formação, e para os cursos profissionais. Tanto mais que, progressivamente, o ensino regular, a via científico-humanista, também se foi extinguindo.

A aposta foi na diversificação das ofertas educativas. Um aposta que, à partida, impõe poucos alunos por turma. “Os cursos profissionais e os cursos de educação e formação não podem funcionar com muitos alunos por turma. Em média temos 12 alunos nos CEF (Cursos de Educação e Formação) e, nos profissionais, começamos com 20, 22, mas depois há sempre desistências.”

Acresce que a escola tem uma população escolar muito particular. “As características específicas desta população escolar têm sobretudo a ver com as multi-repetências. São enviados pelos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) das diversas escolas. Alguns são mandados para a escola pelo tribunal”. É, assim, “um trabalho muito difícil sem qualquer apoio, de psicólogos, de técnicos, de assistentes sociais, de animadores de pátio. Há muitos anos que pedimos esse tipo de apoios. Que foi sempre negado.”

“Na minha opinião – sublinha Adelaide Rodrigues – há professores naquela escola que são verdadeiros heróis. E, tal como eu disse ao Director Regional de Educação, no encontro em que participei, apesar de termos poucos alunos, todos aqueles que conseguimos escolarizar, são outros tantos que tiramos das prisões.”

O antes e o depois

O percurso – em dois tempos – de Adelaide Rodrigues na Afonso Domingues, permite identificar claramente duas fases distintas na vida da escola.



FOTOS: JORGE CARIA

“Fui para a Afonso Domingues em 1988. Para fazer estágio. Não conhecia a escola e fiquei agradavelmente surpreendida. Eu era uma professora tradicional, vinha do ensino regular, tinha feito o meu percurso nos liceus, nunca tinha trabalhado numa antiga escola industrial. E gostei bastante. A escola tinha, no fundamental, cursos técnico-profissionais. Mas também a via de ensino – alunos que iam para o Técnico, para o ISEL. Praticamente eram só rapazes. Tinha alunos muito bons. Mesmo do ponto de vista global. Não eram só alunos bons em Matemática, em Física. Eram mesmo bons.

“Depois, o relacionamento entre professores era muito informal. Ali não havia lugares reservados para ninguém. Eu nessa altura tinha 28 anos e os professores mais velhos falavam comigo como uma pessoa. Gostei muito disso – poder falar, poder conversar, informalmente”.

Dez anos depois, Adelaide Rodrigues regressa à Afonso Domingues. “E era outra escola”.

“Fui encontrar uma escola progressivamente esvaziada de alunos. Com o mesmo corpo de professores. Com oficinas envelhecidas. Dava a ideia que, durante esses anos, não se tinha apostado naquela escola, em termos de infra-estruturas necessárias para poder ter cursos profissionais. O corpo docente era o mesmo – a mesma informalidade, a mesma simpatia. Mas os alunos já não eram os mesmos – eram alunos com muitas dificuldades. Um ano ou dois depois, os cursos de via ensino desapareceram. Instalou-se programa 15/18, para alunos entre os 15 e os 18 anos, que incluía planos de estudo próprios. Antes do 15/18 leccionei ainda numa outra modalidade – o 9º ano+1. Para alunos que tinham frequentado, mas não concluído, o 9º ano e que, com mais um ano, ficavam com a escolaridade obrigatória e um certificado profissional.”

Em síntese: tinha havido uma mudança profunda da população escolar. E o projecto educativo tinha-se alterado.

Uma nova identidade da escola. Uma mudança que esteve longe de ser fácil.

Ainda hoje, “há alguns professores na escola, professores mais velhos, que continuam saudosistas dessa escola que formava grandes técnicos, que era considerada a *universidade de Xabregas*. Esses professores conheceram a escola antes de 1974 e valorizam muito a velha Afonso Domingues. Uma escola que formou grandes técnicos. Os seus alunos eram operários ou filhos de operários. A Afonso Domingues dava então resposta a um meio que era um meio fabril. Entrementes, a população da própria zona mudou. A população daquela zona é residual neste momento. É a velha Marvila. Ainda com a descendência dos operários que vieram trabalhar naquelas fábricas.”

Adelaide Rodrigues considera, entretanto, que a escola, “com uma boa aposta do Ministério da Educação, com um projecto educativo forte, podia sobreviver.” E sublinha: “Penso que o ensino profissional tem um grande espaço em Portugal. Nós precisamos de técnicos intermédios, cada vez mais. Queremos um electricista, não há, queremos um canalizador, não há, queremos um bom mecânico, não há. Portanto eu penso que havia espaço, com um bom projecto educativo, para a sobrevivência da escola. Assim a tutela o quisesse.”

Uma escola muito especial

Nesta outra fase da vida da Afonso Domingues, a escola passou a receber, fundamentalmente, jovens entre os 15 e os 27 anos, com problemas múltiplos, sociais e de escolaridade. O que exigiria respostas e estruturas adequadas.

Mas, como referiu a nossa entrevistada, “a escola nunca criou estruturas formais que pudessem dar resposta a esses grandes problemas. Problemas de repetidos insucessos, de alguma marginalidade, de pré-delinquência.” Assim, “foram os próprios professores, com

a sua dedicação e com a sua boa vontade – porque depois de se conhecer aqueles alunos não se pode ficar indiferente – que se especializaram, digamos assim. Para serem professor, assistente social, psicólogo, pai, mãe, madrinha, padrinho... Porque, para além de sermos professores – e de lhes ensinarmos o português, o inglês, a matemática – também os acompanhamos.”

E Adelaide Rodrigues alinha os exemplos: “Levamo-los ao Centro de Saúde, quando o bebé nasce (porque tínhamos lá muitos bebés – todos os anos tínhamos muitas raparigas grávidas – apesar do psicólogo ter feito um trabalho com o Centro de Saúde no campo da Educação Sexual). Muitos professores são as madrinhas e os padrinhos do bebé – dão o enxoval, vão ao baptizado. Os bebés – muitos deles – até vão para as aulas. Porque a miúda não tem com quem deixar o bebé.”

No passado ano lectivo, lembra a nossa entrevistada, “implementámos um projecto muito interessante – *Um dia na prisão*. É um projecto do Ministério da Justiça. Eu entrei nesse projecto, com algumas turmas. Seleccionámos os alunos, com o psicólogo – através de desenhos, através da escrita; conhecimento também já tínhamos, nomeadamente através dos directores de turma. Fizemos uma preparação prévia e, depois, levámo-los um dia à prisão de Sintra. Eles entraram para a prisão e passaram lá um dia, como se fossem presos. Quando voltaram, assim que saíram da prisão – nós ficámos cá fora – quando nos viram, parecia que era a mãe que estava ali à espera deles! Só diziam, – *Nunca mais nos deixe ficar ali sozinhos!*”

“E então, depois, os testemunhos deles foram engraçadíssimos: *Adoramos esta escola!; Adoramos os nossos professores; Nunca tínhamos percebido que gostávamos tanto dos nossos professores; Para a prisão é que eu não quero ir*. E alguns desses alunos, que tinham comportamentos complicados, mudaram. Um deles ficou mesmo completamente irreconhecível.”

Todo um trabalho que pode ser agora posto em causa.

“Se querem apostar em mega-escolas, com 1300 alunos, grandes agrupamentos, onde ninguém se conhece – se é esse o tipo de política educativa que querem – é óbvio que não há espaço para estas escolas. Nem há espaço para estes alunos”, conclui a nossa entrevistada.

“Haveria que valorizar a importância que a escola tem para os miúdos que lá estão. E de eventualmente lhes abrir caminhos diferentes. Penso que a semente foi lançada nestes anos. E, pelo menos nalguns casos, essa semente terá ficado”. ■



“Todos os que te conheceram, Escola Secundária Afonso Domingues, embora seguindo trajectos múltiplos nunca te esquecerão”

Elisabete Teia
Professora de Matemática

Ainda estava no rescaldo das comemorações dos teus 125 anos (1884-2010), quando fui surpreendida pela notícia de que, por despacho do Sr. Secretário de Estado, tinhas sido extinta.

Tu, que foste inaugurada no dia 24 de Novembro de 1884, que tiveste como 1º director o pintor e escultor João Vaz, que foste alojada em vários edifícios ao longo de 72 anos, que, finalmente, a 1 de Outubro de 1956, começaste a funcionar em edifício próprio, na Quinta das Veigas, em Marvila, vais ser desactivada até 31 de Agosto de 2010, devido à construção da nova travessia sobre o Tejo.

Não quis acreditar, tu que foste a minha primeira e última Escola!!!

Quando te conheci, na década de 60 (1966-1968), já tinhas 82 anos; tinhas assistido a muitas mudanças, mas o teu espírito era jovem, sábio e acolhedor. Ainda eras conhecida entre os professores do Ensino Técnico pela “Universidade de Xabregas”, tal era o teu prestígio. Tinhas nesse tempo cerca de 3000 alunos, tu que foste construída para 600, e para os al-

bergares a todos tiveste de te socorrer de escolas anexas (E.P Nuno Gonçalves, Luís Verney...) onde eram ministrados grande parte dos cursos nocturnos que tinham grande frequência. Os alunos eram, então, muito disciplinados e interessados e embora a hierarquia fosse rígida, havia respeito e amizade entre os alunos, professores e funcionários. Éramos uma grande família. Devido à tua grandeza física - tantas salas, oficinas, distribuídas por 3 blocos - os professores recém-chegados tinham uma visita guiada pelo director, às tuas instalações, para te conhecerem bem e absorverem o teu espírito que foi passando de geração em geração.

Tudo à tua volta fervilhava de gente: operários das fábricas do sabão, rações e outras; muitos deles teus alunos nos cursos nocturnos. A comunidade envolvente era participativa na tua vida, havia mesmo aqueles que para encurtar caminho atravessavam os teus pátios quando de manhã iam para o trabalho e quando regressavam.

Tinhas na época os cursos de serralheiro mecânico e de montador-electricista com a respectiva secção preparatória, o que permitia a continuação dos estudos nos Institutos Industriais, além dos vários

cursos nocturnos. Como era activa a tua carpintaria; os trabalhos dos alunos eram muitas vezes vendidos, angariando, assim, fundos para as suas viagens. Eram os convívios, os almoços, em ocasiões festivas, os jogos entre escolas, a horta cujos produtos se consumiam no refeitório, os teatros, os concertos...Era a reunião geral de professores a 10 de Agosto para permitir aos professores, que não pertenciam ao quadro da Escola, ganharem até essa data...

.....

Quando voltei a encontrar-te em 1977 (1977 a 2008) já tinha havido mudanças no país e como tal, tu, Escola, já as reflectias. Agora não havia um director, mas, sim, um Conselho Directivo eleito pela comunidade escolar e do qual os alunos também faziam parte, mas tu adaptaste-te rapidamente às novas regras.

Tinhas evoluído, mas mantinhas o teu espírito solidário, acolhedor, que fazia com que todos os que te conheciam não te esquecessem.

Nas décadas de 80 e 90 iniciou-se uma inversão no tipo de alunos que te procurava. Começou a diminuir a frequência dos cursos nocturnos e a aumentar a dos cursos diurnos e a novidade: começaste a



Acordo FENPROF CNIS, comissão paritária C.C.T IPSS's

No passado dia 7 de Junho chegaram ao fim os trabalhos da Comissão Paritária no âmbito do Contrato Colectivo de Trabalho celebrado entre a CNIS e a FENPROF, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, nº 16, de 15 de Julho de 2006, com posterior publicação do texto consolidado no Boletim de Trabalho e Emprego, nº 11, de 22 de Março de 2009.

A deliberação final da Comissão Paritária contemplou todas as propostas apresentadas pela FENPROF respeitantes ao ingresso e progressão na carreira dos docentes.

Assim, as partes acordaram:

A aquisição de grau superior ou equiparado que, de acordo com a legislação em vigor, determine uma reclassificação na carreira docente produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte à data da sua conclusão, desde que o docente o comprove em tempo oportuno.

Contagem de tempo de serviço:

Para efeitos *quer de ingresso quer de progressão* dos educadores de infância e dos professores nos vários níveis de remuneração previstas no anexo IV, conta-se como tempo de serviço não apenas o tempo de serviço prestado no mesmo estabelecimento de ensino ou em estabelecimentos de ensino pertencentes à mesma entidade empregadora, mas também o serviço prestado noutros estabelecimentos de ensino particular ou público, desde que devidamente comprovado e classificado e que a tal não se oponham quaisquer disposições legais.

Os Docentes com a categoria de educador de infância e com grau de licenciatura passam a ser remunerados pela Tabela B-4, contando para o efeito todo o tempo de serviço docente prestado naquela categoria.

Estas deliberações passam a fazer parte integrante do referido Contrato Colectivo logo que sejam publicadas no Boletim de Trabalho e Emprego, do qual daremos conhecimento aquando da sua publicação. ■

ter alunas. Mas continuaste sempre a ser predominantemente masculina devido ao tipo de cursos que oferecias.

Os cursos tradicionais foram sendo progressivamente extintos e surgiram outros: o ensino unificado, o 3º ciclo, os cursos complementares, o 12º ano, os cursos técnico-profissionais, os tecnológicos, os profissionais....

Tiveste de adaptar o teu espaço físico à nova realidade, dividindo salas, criando laboratórios, modificando oficinas. Nesta época chegaste a ter cerca de 1300 alunos, só diurnos.

Nunca paraste, foste sempre evoluindo. Foste mesmo das primeiras escolas a ter quadro interactivo (agora tens as salas todas equipadas com esse material), a usares computadores, a facultar aos alunos o acesso aos computadores fora do tempo lectivo, a informatizar todo os Serviços Administrativos...

Durante muito tempo foste, talvez, a única escola da zona oriental e central de Lisboa a ter os cursos de radiotecnica, electrónica, electrotecnia, mecânica...Eras procurada não só pelos alunos da zona, como de outras, muitos vinham de Sintra, Malveira, Seixal, Vila Franca...

Já nesta altura tinhas os Cursos Profissionais, precursores dos actuais Cursos de Educação e Formação. Foi a época da grande oferta de emprego pelas empresas, que deixavam anúncios na escola e que contratavam muitos dos alunos que nelas iam fazer estágio. Foram os prémios internacionais que os teus alunos ganharam na área da electrónica, foi a fase do rádio-amador, foi o momento alto dos jogos d'Afonso em que participavam várias escolas, foi a exposição da Zener's, que se iniciou só na electrónica e que progressivamente se foi alargando a todas as disciplinas, sempre muito visitada; foi a comemoração do

teu 1º centenário, foi o jornal d'Afonso, os bailes, os teatros, os acampamentos e muitas e muitas actividades que envolveram e continuaram a envolver até hoje toda a comunidade escolar.

Na década de 2000/2010, começaste a ser asfixiada; foi a extinção dos cursos nocturnos, foi o 3º ciclo que deixou de fazer parte da rede escolar, foi a partilha de muitas das tuas salas com uma escola profissional privada, mas, mesmo assim, sempre honraste o regulamento para o Ensino Profissional que te tinha sido dado em 1886 e avançaste para os Cursos de Educação e Formação, ainda raros noutras escolas, e agora já não só nas áreas técnicas, mas também nas das ciências sociais e humanas e avançaste também para os novos cursos profissionais. Foste mesmo das primeiras escolas a introduzir estes cursos onde te estavas ultimamente a especializar.

Num mundo em constante mudança, tu, Escola Afonso Domingues, resististe sempre com dignidade a todas as transformações, pelo que nunca devias ter sido extinta, mas, sim, transferida para outro edifício, onde todo o teu material, único, como os quadros pintados por professores e alunos, os desenhos raros que remontam ao séc. XIX, a tua biblioteca com primeiras edições, ainda do séc. XIX, o teu material de química, electricidade e mecânica, muito dele agora único no país, e toda a tua documentação, fosse preservada e onde pudesses continuar a obra que tens vindo a desenvolver ao longo dos teus 125 anos.

Todos os que te conheceram, Escola Secundária Afonso Domingues, alunos, professores, funcionários, embora seguindo trajectos múltiplos nunca te esquecerão.

Ficarás sempre no nosso coração. ■

A Primeira República e o Ensino

Quero prestar, com este pequeno texto, uma sentida homenagem ao Professor Rogério Fernandes, meu amigo.

Lurdes Silva
Prof. EB 23 Fernando Pessoa

Ao se pegar na História de Barcelos, Vol. VII, pág. 675, lê-se que “A obra da [I] República em matéria de ensino bastaria só por si para justificar a mudança de regime operada em 5 de Outubro de 1910”. É o que pensa o prof. Newton de Macedo, autor do capítulo sobre esta temática.

Com efeito, se medíssemos a obra da I República pela legislação que publicou sobre o ensino e a instrução, partilharíamos, sem qualquer dificuldade, da opinião de que essa obra foi notável. Se da legislação saltarmos para os factos, pode bem dizer-se que a realidade ficou aquém da lei.

Ideias e leis

Comecemos então por dar alguma atenção ao capítulo legislativo.

A legislação republicana sobre instrução e ensino vê a luz do dia quase

logo após a implantação da República, sendo de 1911 e dos anos seguintes a publicação de decretos para o ensino infantil, para o ensino primário, para o ensino superior, para a formação de professores, para a direcção e organização dos estudos.

Logo em Março de 1911, temos legislação para o ensino infantil e primário. É também por esta legislação que os municípios vão receber a responsabilidade de administração do ensino primário, que irão manter até 1918. São também aumentados os vencimentos dos professores e criadas escolas normais.

O número de escolas também aumentou: basta dizer que, depois da implantação da República e até 1913-1914 (datas da apresentação dos Relatórios sobre o Recenseamento de 1911), terão sido criadas 938 escolas. (Candeias, 2004).

O ensino superior mereceu igualmente grande atenção por parte dos legisladores republicanos. Ficámos-lhes a dever a criação de faculdades de medicina, que “nasceram” das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto. São cria-

das as Universidades de Lisboa e Porto, ficando Portugal a contar com três Universidades.

É de 27 de Abril de 1911 a reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública que “passa a ser constituído por 4 vogais nomeados pelo governo e por treze eleitos pelos professores dos diferentes ramos de ensino” (História de Barcelos, Vol. VII).

Como se vê pelo que acabou de se enunciar, não há referência ao ensino secundário: a reforma de Jaime Moniz (de 1894-1895) mostrar-se-ia ainda actual.

Se a legislação produzida nos dá conta da atenção que foi dada ao ensino e à instrução na I República, não devemos esquecer que os republicanos sempre colocaram no centro do seu ideário a instrução e educação dos povos como condição para a regeneração de Portugal.

As leis mais não faziam que traduzir esse modo de pensar.

Factos

Indo aos factos o que temos é algo diferente.

Pelo Censo de 1911, a população alfabetizada (indivíduos que sabiam, pelos menos, ler; indivíduos que sabem ler ou ler e escrever) de idade igual ou superior a 10 anos correspondia a 31% (40% para a população masculina e 23% para a feminina).

Para 1920, o Censo mostra-nos o seguinte:

POPULAÇÃO ALFABETA

Total – 35% Homens – 44% Mulheres – 27%

E para 1930, o Censo mostra-nos que:

POPULAÇÃO ALFABETA

Total – 40% Homens – 50% Mulheres – 31%

Em síntese:

POPULAÇÃO ALFABETA DE IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS	1911	1920	1930
TOTAL	31%	35%	40%
HOMENS	40%	44%	50%
MULHERES	23%	27%	31%

(dados extraídos de Candeias, 2004)

Fazendo agora uma comparação, no que respeita às taxas de alfabetização e de escolarização, entre os dados relativos a Portugal e os relativos a outros países, observa-se o que a seguir se apresenta. Os quadros foram compostos a partir de dados extraídos de Candeias, 2004.

ALFABETIZAÇÃO (Aproximadamente)

	PORT.	ESP. ITÁLIA POLÓNIA	FRANÇA BÉLGICA IRLANDA	INGLATERRA PAÍS GALES	PAÍSES NÓRDICOS ALEMANHA SUÍÇA ESCÓCIA HOLANDA
1900	25%	40%	80%	88%	98%
1950	55%	80%	98%	90%	98%

ESCOLARIZAÇÃO

	PORTUGAL	ESPAÑA	FRANÇA	DINAMARCA	ALEMANHA	HOLANDA	GRÉCIA
1910	19%	35%	86%	66%	73%	70%	40%
1930	27%	43%	80%	67%	79%	74%	53%

Vê-se que houve progressos. Mas o ensino obrigatório não passava da lei para a maioria da vida das crianças portuguesas que, pela maior parte, continuava sem ir à escola. Eram mesmo as que iam em menor percentagem. É por isso que “a sociedade portuguesa entra no século XXI com taxas de alfabetização semelhantes àquelas com que as regiões do Norte e do Centro da Europa entraram no século XX [...]” (Candeias, 2004).

Factos são factos. Por muito que deva valorizar-se a obra da I República neste capítulo da educação, mas “ao contrário do que durante muito tempo se disse, sem se recorrer aos dados que sempre estiveram disponíveis, foi o Estado Novo e não a I República quem escolarizou os portugueses [...]” (Candeias, 2004). Isto apesar de desde meados do século XIX existirem leis sobre obrigatoriedade escolar.

Porquê

Postos os factos, resta-nos a seguinte questão: se não pusermos em dúvida as convicções republicanas sobre a importância e o valor da educação, que é uma ideia iluminista e positiva, qual o motivo pelo qual não houve em Portugal uma acentuada escolarização. Dito de outro modo: por que não iam as crianças à escola, que era obrigatória e gratuita?

Podemos alinhar várias respostas.

1. Não ir à escola podia valer o mesmo que ir. Isto é, as famílias não viam suficiente vantagem na escolarização dos filhos. Os ganhos obtidos não compensariam.

2. Ir à escola implicaria um “não ganho” inoportável para muitas famílias que não tinham meios para prescindir do trabalho das crianças e do seu contributo para a economia do lar nem tinham possibilidade de fazer os gastos que ir à escola sempre implicaria.

3. A escola e “a construção de uma sociedade apoiada num modo de funcionamento baseado na escrita” tiveram em Portugal obstáculos que noutras regiões não se encontravam, sejam de natureza económica, sejam de natureza geográfica.

Portugal era um país rural e a esmagadora maioria da população estava ocu-

pada na agricultura. O atraso económico português era um facto e estaria associado ao sentimento de não necessidade de aprender a ler e a escrever. Depois, a fraca densidade da população, as distâncias grandes e maus caminhos que separavam muitas escolas dos

Não se vai à escola porque não se pode ou porque não se lhe vê vantagem

lugares onde viviam as crianças eram factores que tornavam a escola nada atraente. Pelo contrário.

4. A falta de escolas e de professores tornava a instrução em bem raro e inacessível a muitos – veja-se que no Censo de 1920 os relatores afirmam que “mantendo o número de escolas que possuíamos em 1920, devíamos elevar o número do pessoal de ensino de 7.940 a 21.500, se nos quisermos comparar, por exemplo, com a Bélgica” (Candeias, 2004).

5. Podemos juntar a estas razões outras. Se o “povo” não via fortes motivos para mandar os filhos à escola, as elites e os governantes também não sentiriam disso uma necessidade premente. Não viam que fosse preciso usar a escola para impor a cultura dominante, já que o “povo” falava a mesma língua, tinha a mesma nação, praticava a mesma religião...

6. Não devemos arredar do complexo de razões uma outra: “teremos que invocar a hipotética mediocridade de políticos que não souberam perceber o que se jogava na escolarização – ou perceberam e não conseguiram?” (Candeias, 2004).

Conclusão

Sendo tudo isto verdade, e não deixa de ser, o que pode dizer-se é que a razão para a não escolarização é, em suma, esta: não se vai à escola porque não se pode ou porque não se lhe vê vantagem.

De facto, bem se podia dizer que a escola era importante, que o “analfabetis-

mo em Portugal é ainda o inimigo mais terrível da nossa democracia e contra o qual é urgentíssimo que a República faça o mais decidido e enérgico esforço, procurando, num lapso de tempo relativamente curto, modificar a desgraçada e vergonhosa situação legada pelo antigo regime [a monarquia], que não soube ou não pôde fazer mais em prol da instrução primária, deixando-nos entre os países mais atrasados da Europa”, como se lê nos relatórios do Censo da População de 1920. (Candeias, 2004).

Podia dizer-se tudo isto. E querer-se convictamente mudar o estado das coisas. Mas o país continuava a ser o que era e não tinha mudado assim tanto só porque se tinha passado da Monarquia

para a República. A pobreza das pessoas e do país mantinha-se. Os empregos não exigiam estudos.

Como se queria então que “a consciência da necessidade e utilidade do ensino [não estivesse] ainda longe de se manifestar na generalidade do nosso povo, não concorrendo as crianças às escolas em número bastante”. Pois não concorriam. Como haviam de concorrer? ■

BIBLIOGRAFIA

CANDEIAS, António (Direcção e Coordenação), Paz, Ana Luísa e ROCHA, Melínia (2004), **Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os cursos e as estatísticas**. Fundação Calouste Gulbenkian
PERES, Damião (Direcção) (1935) **História de Portugal**, Portucalense Editora. Barcelos. Vol. VII



O SEU PLANO NA SAÚDE ORAL





Subscreva o nosso Plano de Saúde Oral:



- ⇒ Rede clínica com cobertura nacional
- ⇒ Para si e para a sua família
- ⇒ Planos flexíveis adaptados às suas necessidades
- ⇒ Co-participação em tratamentos de elevado custo (aparelhos, implantes...)
- ⇒ Tratamentos ao mais justo valor de mercado



Em colaboração com SPGL

Contactos:

Tlm: 963 883 503 – 918 118 526 Tel: 213 303 731

carlosandrade@newgeneration.com.pt

Cursos de via profissionalizante e distribuição do serviço lectivo

Alexandra Chagas Narra
Luís Sá Fernandes
Escola Profissional de Setúbal

O ensino profissional mais do que triplicou nos últimos dez anos em Portugal, tanto em número de alunos como na oferta de cursos, abrangendo actualmente quase um terço dos estudantes do secundário, indicam os dados do Ministério da Educação (ME). Em 2009, ano em que se comemoram os 20 anos do ensino profissional em Portugal, estão a frequentar este tipo de cursos quase 91 mil alunos, dos quais 60,3 por cento em escolas secundárias públicas, segundo os mesmos dados. O número de alunos inscritos em cursos profissionais tem mantido crescimentos constantes desde há, pelo menos, dez anos, quando estavam inscritos 27.995 alunos, apenas nas escolas profissionais. Assim, não nos podemos esquecer que até há bem pouco tempo foi o ensino

privado que assegurou este tipo de ensino – não nos podemos esquecer que o ensino privado representa, hoje em dia, 20% do sistema educativo português. Nestes últimos dois anos, houve um “boom” do ensino profissional na escola pública, cujo Ministério da Educação (ME) se aproveitou claramente da experiência do ensino Particular e Cooperativo para estruturar e massificar este tipo de ensino, e ironicamente esvaziá-lo no ensino privado. Esta introdução do ensino profissional no ensino público teve consequências não só no financiamento dos cursos de via profissionalizante do ensino privado e cooperativo, **como também na estruturação do horário docente em média anual** (sabe-se que tal conceito está também a ser introduzido no ensino público – não nos podemos esquecer que há docentes com horários mistos: básico, secundário, cursos profissionais e mesmo CNO’s). Além disso, **a contabilização da média anual depende directamente da calendarização do ano lectivo**, podendo mesmo, futuramente, o ME estabelecer dois calendários diferen-

ciados – um para o ensino regular e outra para os cursos de via profissionalizante (alargando o nº de semanas de aulas previstos para esse ano lectivo). Tal provocará desequilíbrios e perdas de direitos laborais, nomeadamente, no horário e na qualidade do trabalho docente – tendencialmente o número de turmas na distribuição lectiva, por cada docente, aumentará e, pedagogicamente, a distribuição de horas por turma por período será desequilibrada – assim, semanalmente, uma turma poderá ter até 6 horas semanais ou mais com a mesma disciplina, durante um período bastante alargado e as outras disciplinas desse mesmo curso de via profissionalizante com um número de horas bastante reduzido. Ora, na nossa perspectiva, este conceito de média anual é uma afronta ao trabalho docente. O horário dever ser semanal e não ser em média (anual, semanal, diária). Percebem-se os problemas de financiamento, no ensino privado, mas cabe à entidade patronal resolvê-los, numa primeira linha de negociação, com o ME. Além do mais, **têm-se verificado abu-**

FOTO: NIELS TIMMER

dos das entidades patronais, nomeadamente, na nossa onde leccionamos (Fundação Escola Profissional de Setúbal), em que se chegou ao cúmulo de incluir nessa média anual as pausas lectivas, as faltas justificadas por doença, feriados e mesmo as férias do trabalhador, apenas por motivos economicistas – justificar o ordenado do professor ao longo de todo o ano lectivo. Deste modo, este conceito de média anual implica uma sobrecarga de horas lectivas em determinados períodos de tempo (consumindo-se a componente individual), com o engodo que em outros períodos o docente fica mais “folgado”. Mas, o que se está a verificar no ensino privado é que a “folga” é uma ficção e vive-se ao ritmo de trabalhos forçados continuados, em nome de uma média anual.

Para concluir:

1. Verifica-se que no horário docente se contabiliza cada vez menos a componente individual do professor – dão-se aulas por atacado, perdem-se mais horas para a componente de escola e em tarefas burocráticas.

2. Verifica-se a transformação da profissão docente, para um tipo de ensino de linha de produção fabril, hipocritamente defendendo a qualidade de ensino, o ensino reflexivo e colaborativo, e o sucesso escolar a todo o custo.

3. Isto deve-se, infelizmente, à criação do mito, na opinião pública (com a ajuda de políticos e dos média), de que o professor está quase sempre de férias, esquecendo-se que se trata de uma profissão de desgaste contínuo, onde o trabalho individual transborda claramente as 35 horas semanais de trabalho – sem qualquer ajuda de custo ou pagamento de horas extraordinárias.

Finalizando, não nos poderemos esquecer que só com o amor à “camisola”, não deixamos defraudados pais e alunos (que dependem de nós para concretizar as suas expectativas e sonhos) e que só com a crença e optimismo, com a ajuda imprescindível de todos os sindicatos, poderemos alterar o quadro actual do ensino público e privado em Portugal. ■

A aposentação é um direito e não uma dádiva



O declínio económico da União Europeia e de Portugal, a aposta do PEC na redução do défice e não na inversão deste declínio, os custos sociais das políticas que estão a ser implementadas, nomeadamente para a administração pública e para os aposentados, foram algumas das múltiplas questões abordadas por Eugénio Rosa na conferência sobre “A sustentabilidade da Segurança Social e o Estatuto de Aposentação”, promovida pelo Departamento de Professores e Educadores Aposentados, e que teve lugar, a 17 de Junho, na sede do SPGL. A iniciativa contou ainda com a participação de António Avelãs e Alina Peixoto.

É preciso não esquecer que a aposentação é um direito e não uma dádiva, destacou, à partida, António Avelãs, denunciando a forma como as políticas implementadas nos são apresentadas como fruto de “inevitabilidades”.

O mesmo se aplica ao subsídio de desemprego, sublinhou Eugénio Rosa, numa intervenção em que analisou diversos aspectos da realidade socioeconómica actual e das respostas do go-

verno português face à crise.

Partindo de dados estatísticos referentes aos anos de 2000-2009, Eugénio Rosa sublinhou que as taxas de crescimento económico são de 1,6% na EU e de 0,9% em Portugal. Um quadro de declínio económico, com severas repercussões no desemprego. Entretanto, o crédito bancário orienta-se de forma claramente prioritária para sectores como a habitação e imobiliária (76%), limitando-se a uns irrisórios 7% o que é destinado a sectores produtivos como a agricultura, pesca e indústria. A mes-

ma lógica enforma o PEC, apostado na redução do défice (fundamentalmente à custa da administração pública e da redução das despesas sociais) e não na inversão do declínio económico.

Administração pública e apoios sociais em causa

A administração pública surge, neste quadro, como um alvo fundamental do PEC.

Alinhando algumas das medidas do PEC em relação à administração pública, Eugénio Rosa referiu, nomeadamente, a redução de despesas com as remunerações; o congelamento de salários e contenção salarial; a redução das entradas de novos trabalhadores (por cada 2-3 que saem, entra 1); o congelamento, de facto, das carreiras (dependente da dotação orçamental). Simultaneamente, dispararam as despesas com aquisição de serviços e de trabalho precário. Eugénio Rosa referiu mesmo um exemplo em que, como forma de redução dos recibos verdes nos serviços, foi colocada aos trabalhadores nesta situação a exigência de criarem empresas unipessoais...

Os apoios sociais são outro dos alvos do PEC. Apesar de Portugal se destacar pelas desigualdades sociais, com 25% dos mais ricos a deterem o que corresponde a 6 vezes o rendimento dos 25% dos mais pobres.

Nesta área as medidas são especialmente gravosas. Eugénio Rosa salientou, em particular, as condições impostas aos desempregados, obrigados a aceitarem trabalho que corresponda a 75% da remuneração líquida. E fez questão em frisar que o subsídio de desemprego é um direito, financiado pelos próprios trabalhadores.

De entre outros factos referidos pelo conferencista, é de destacar, por exemplo, o real aumento de impostos, induzido pela redução da dedução específica dos aposentados e pelo congelamento da dedução específica no IRS.

Ilustrando a opção de fundo das políticas governamentais, Eugénio Rosa sublinhou o contraste entre o aumento de 20% na taxa reduzida do IVA (que penaliza assim os produtos essenciais)



e a não taxação de facto de cerca de 75% das mais-valias da bolsa.

Estatuto da Aposentação

As questões relacionadas com os aposentados foram naturalmente as que mais debate e questões levantaram. Área em que Alina Peixoto, para além do esclarecimento de algumas questões concretas, traçou um breve historial da evolução do processo de convergência da aposentação da função pública com o regime geral de Segurança Social. O aumento do tempo e da idade de aposentação e a alteração da fórmula de cálculo são alguns dos efeitos mais salientes das alterações ao estatuto de aposentação. “O objectivo é sempre a redução” de gastos do Estado e de di-

reitos dos trabalhadores e aposentados. Invocando a sustentabilidade do sistema de segurança social.

Uma sustentabilidade que, entretanto - como defendeu Eugénio Rosa -, ficaria garantida alterando as regras do contributo da parte patronal e dos empregadores do Estado.

Actualmente, o financiamento do sistema de segurança social, por parte do patronato, baseia-se no número de trabalhadores da empresa, o que obviamente penaliza as empresas com mais trabalhadores e deixa de fora os lucros mais avultados. Um financiamento com base no valor acrescentado líquido das empresas garantiria o financiamento do sistema e corresponderia a uma maior justiça social e económica. ■

Luis Carmo

Uma morte em que a escola também tem responsabilidades

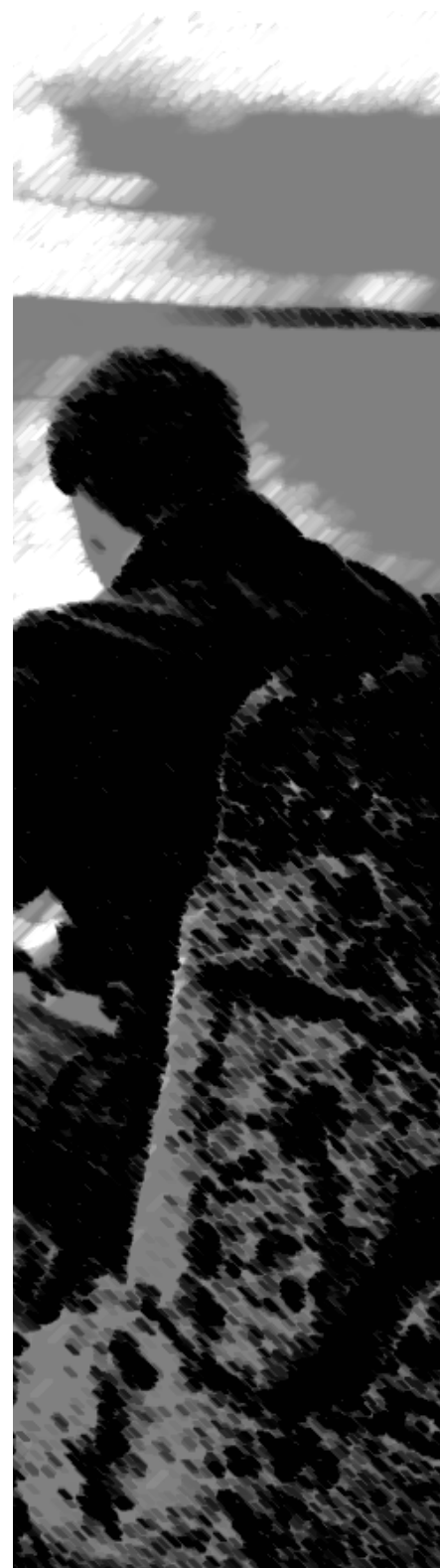
A morte, por suicídio, do professor Luis Carmo, continua a ser objecto de análises variadas e de tomadas de posição. Enquanto sindicato de que o Luis era sócio e em cujas actividades e lutas participou, há que, respeitando o direito à intimidade da família, tentar que a morte do Luis não tenha sido em vão, se é que tal é possível.

António Avelãs
Presidente do SPGL

Em todos os suicídios há um conjunto de fragilidades vivenciais estritamente pessoais, incontroláveis por elementos exteriores, que só o próprio e por vezes os seus mais íntimos têm o poder de conhecer e tentar controlar. Mas há também uma realidade envolvente que pode diminuir ou potenciar essas fragilidades. No caso do Luis, a escola funcionou como um potenciar das fragilidades – a escola de hoje onde o comportamento de alguns alunos – por culpa de quem? – desgasta, enerva e muitas vezes põe a auto-estima dos professores em grande tensão. O inquérito conduzido pela DRELVT conclui, de certa forma contraditoriamente, que não há matéria para qualquer procedimento disciplinar contra a Escola de Fitares mas impõe-lhe um conjunto de recomendações sobre procedimentos que a Escola deverá tomar para o futuro e, portanto, que deveria ter tomado no passado e no presente. Poderá ser ilegítimo responsabilizar a escola de Fitares pelo suicídio do Luis Carmo; mas é certamente legítimo dizer-lhe que a falta de reacção adequada dos vários “patamares” organizacionais da escola aos pedidos de ajuda vindos do professor – através dos pedidos de in-

tervenção junto da turma que lhe infernizava a já difícil vida – foi a “gota de água” que fez romper um equilíbrio já precário.

A morte do Luis Carmo, mais do que ser pretexto para acusações – que de certa forma podem significar uma utilização abusiva em conflitos outros que atravessam a Escola de Fitares – deve ser a oportunidade para uma reflexão em torno das dificuldades que hoje se põem à profissão docente. Fala-se muito de que a escola deve ser um espaço de sucesso dos alunos, nos vários domínios do seu crescimento. Mas a Escola tem também de ser um espaço de sucesso profissional para os professores. Para o Luis Carmo não conseguiu sê-lo. Como continua a não o ser para milhares de docentes. No fim de contas, o que o Luis Carmo nos exige é que continuemos um dos seus combates: o das condições de trabalho dos docentes em geral e particularmente dos contratados. E a exigência do direito que todos os professores e educadores têm ao apoio dos seus colegas, sobretudo dos que exercem funções de direcção nas escolas, seja a que nível for. Todos. Mas sobretudo os professores e educadores que se apresentam com maior fragilidade. ■



Encontro Nacional “Democracia para a Escola”

Sem democracia não se resolve nenhum problema

A importância decisiva da democratização do governo das escolas e o processo de erosão da gestão democrática e de afirmação de um modelo autoritário e centralizador, foram temas que estiveram no centro das intervenções e debates que perpassaram o Encontro Nacional “Democracia para a Escola”, promovido pela FENPROF, dia 1 de Julho, em Lisboa. E de que aqui damos uma brevíssima nota.



FOTO: FELIZARDA BARRADAS

O Encontro desdobrou-se em dois painéis. O primeiro contou com a presença de Manuela Mendonça, dirigente da FENPROF, do Professor Licínio Lima, da Universidade do Minho e de representantes dos grupos parlamentares. No segundo painel participaram professores que exercem actualmente funções de gestão. O encerramento coube a Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF.

No final desta iniciativa, que envolveu algumas dezenas de professores num debate vivo e participado, foram entregues no Ministério da Educação as primeiras 10 mil assinaturas do Manifesto “Pelo regresso da gestão democrática às escolas e pelo reforço da sua autonomia pedagógica”.

A democracia negada e a necessidade de luta

“Ou damos passos importantes na democratização do governo das escolas ou não resolvemos nenhum dos outros problemas”, afirmou Licínio Lima que, numa análise do processo de erosão da democracia que se tem vindo a viver

nas escolas, alertou estarmos perante concepções tecnocratas e gerencialistas, um movimento em ordem à centralização burocrática. E questionou: “porque é que uma liderança forte tem que ser individual? E porque é que uma liderança, sendo forte, é boa?” Isto num país em que tal associação “parece historicamente bastante problemática”.

A mesma denúncia esteve presente noutras intervenções. O “novo regime de gestão era a peça que faltava para a consolidação de um certo paradigma de Escola, congruente com a concepção de professor funcionário que o Estatuto de Carreira Docente configurava”, alertou Manuela Mendonça.

Um realidade que impõe reacção e luta por parte dos professores. “Eles só conseguirão vencer-nos se desistirmos”, foi a palavra de esperança de João Jaime, director da Escola Secundária Camões.

Na intervenção com que encerrou os trabalhos, Mário Nogueira sublinhou que, é no difícil quadro que estamos a viver” que temos de nos movimentar. E movimentar significa resistir, mas também nunca perder a perspectiva de mudança”. ■

Contra o PEC



FOTO: FELIZARDA BARRADAS

É preciso, é urgente, uma política diferente!

É sempre difícil falar de números. Mas foi uma verdadeira maré de gente que, no dia 29 de Maio, se espalhou pela Av. da Liberdade, entre o Marquês e os Restauradores. 300 mil pessoas, como foi anunciado pela CGTP.

Uma multidão alimentada pelas várias pré-manifestações que se fundiram num protesto comum contra o PEC, em que se cruzavam as grandes reivindicações gerais por uma política diferente, e as exigências específicas, por um centro de saúde, em defesa dos direitos dos imigrantes, de denúncia dos 20% de desempregados em Santo Tirso. Ou ainda o apontar a dedo de factos – como o de o custo de um submarino pagar 150.000 alunos do ensino público.

Os professores marcaram uma presença muito significativa, com um desfile que juntou vários milhares e que partiu de uma concentração frente ao ME.

“Estamos aqui, junto ao ME, para reclamarmos o que nos é específico, mas vamos agora convergir com os outros trabalhadores, pois a maioria dos problemas que vivemos no nosso sector resulta de políticas que a todos afecta, além de que a defesa da Escola Pública e da qualidade na Educação e no Ensino não é coisa que se resume aos profissionais do sector. É uma exigência que se coloca a toda sociedade e a todos os cidadãos. Vamos dar mais força à força de estarmos juntos! Vamos dar força ao protesto de todos, pois assim estaremos também a reforçar o nosso protesto!”, sublinhou Mário Nogueira na sua intervenção. ■



Isilda Andrade
Direcção do SPGL

O professor, o país e a crise

O estudo recente da DECO concluiu que as famílias portuguesas, em tempo de crise, optam por reduzir os gastos na alimentação e na medicação e mantê-los no uso de tecnologias como telemóvel e televisão por cabo, por exemplo, ou seja preferem comer mal, não satisfazendo as suas necessidades de auto-conservação e investir, não na sua auto-realização, pois não é nem no cinema, nem no teatro nem ainda em livros ou formação que as nossas famílias aplicam alguma parte do seu orçamento, mas em objectos que, mais do que a sua utilidade, nos transformam muitas vezes em anúncios itinerantes. **Não tenhamos dúvidas estamos em crise.** Pelas opções ministeriais também. Há muito de miserabilista e irracional nelas. **Estamos em crise**, crise consubstanciada na dívida externa de Portugal que

já ronda os 70%, na baixa dotação orçamental, na baixa de produtividade. **Mas crise sobretudo pelas opções do poder político de a contornar:** na má aplicação dos recursos, veja-se, por exemplo, a aplicação do crédito em Portugal que ronda os 7% para as actividades produtivas ao passo que para actividades não produtivas, de que é exemplo a construção de estádios de futebol, é de 70%; **crise** no aumento das despesas em milhares de euros para serviços e materiais dirigidos a empresas privadas na emissão de pareceres, realização de estudos etc.; crise na manutenção da isenção fiscal das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões. Mas, paralelamente, aumentou-se o IVA, incluindo bens básicos. Congelaram-se carreiras e reduziram-se trabalhadores na administração pública, colocam-se em pé de igualdade, em termos de aplicação do aumento de IRS, trabalhadores e pensionistas tanto como especuladores.

Aumentou-se o tempo a contribuir para o estado e diminui-se o tempo a receber a respectiva reforma, quando se passou a considerar um factor de estabilidade ligada à esperança média de vida para o cálculo da aposentação. Veremos se este factor terá cabimento, se não fosse por outros motivos, num quadro provável de diminuição dessa esperança média, tendência que já se começa a verificar e faz sentido, quando sabemos que envelhecer bem ou não resulta de toda uma vida de qualidade versus precariedade e sofrimento. Pelas medidas que aí vêm, não se pode esperar menos sofrimento, menos insegurança, menos vida para a grande parte das nossas famílias, dos nossos concidadãos. Está aí o 2º Programa de Estabilidade do governo (PEC 2) de Sócrates que elimina medidas anti-crise do primeiro, pelo corte nas pensões contributivas e não contributivas. E esta situação reflecte-se directamente na escola porque os alunos transportam para ela a desorganização em que vivem, eles e os seus pais, transportam as misérias que, para além da falta de dinheiro no bolso, traz consigo as opções erradas, quando não a fome. Os professores deverão estar conscientes de como esta situação se vai reflectir ainda mais no desenvolvimento e promoção das aprendizagens, colocando mais dificuldades a essa dimensão da sua identidade de professor. Na Educação também o governo foi atraído pela opção mais fácil – a pior opção – desinvestiu e continua a fazê-lo. A

intenção da criação dos mega-agrupamentos é disso mais um exemplo, com o argumento “de serviço” destas políticas, que é o do **“menos estado, melhor estado”**. Preparemo-nos para o advento rápido dos interesses privados do sector do ensino, agora com espaço aberto para isso, se os mega-agrupamentos vierem a vingar. É por isso que os tempos são ou de luz ou de sombras. Ou os professores aumentam uma luz em seu redor, em cada coisa que ensinam, em cada oportunidade que dão aos alunos de ganharem as virtudes intelectuais e morais, em cada acto de não submissão a injustiças e arbitrariedades, reafirmando assim a sua identidade, que é o mesmo que dizer o seu compromisso ético com o país e a escola, ou não passarão de sombras, prisioneiros agrilhoados tal como os da caverna de Platão, conformados com a realidade que não passava de sombra, se quisermos, a sombra das políticas educativas, tal como as outras, a que temos sido muito sujeitos. É preciso aumentar o número dos professores livres e que esses vão contar isso aos outros. Mesmo que o libertar passe por resistir a um sofisma da actualidade que se pretende passar com objectivos contrários aos da sua formulação: o da resistência à mudança que tem servido para resignar muita gente e considerar as medidas contra a crise, no país e na escola, como uma inevitabilidade. Daí a necessidade da tal luz que os professores devem saber criar em seu redor. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direcao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

•TEL: 21 381 9143
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559
•Parede

Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

•Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilafranca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

•Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

•Santarém

Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar

Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

•Torres Novas

R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A

2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

•Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

•Almada

R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

Exposição

«Onze Mulheres na 1.ª República» na Escola EB 2.3 Padre Alberto Neto, Rio de Mouro

Os professores têm a noção da importância que representam as actividades extracurriculares, quer sejam do âmbito desportivo ou cultural. Todas são benéficas para o desenvolvimento das capacidades nos alunos e do próprio despertar do seu interesse pelos estudos. Está provado que os alunos que nelas participam demonstram melhor desempenho académico e níveis mais elevados de auto-estima e maior concentração nas aulas.

Vem este preâmbulo a propósito da recente exposição «As Onze Mulheres na República» que, gentilmente, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa facultou à Escola EB 2.3 Padre Alberto Neto, em Rio de Mouro.

A referida exposição esteve patente no nosso estabelecimento de ensino no período compreendido entre os dias 24 e 28 de Maio.

Todas as turmas, acompanhadas sempre por um professor, visitaram a exposição no horário de História.

Considerando a importância e a abrangência das comemorações do Centenário da Implantação da República Portuguesa, esta exposição foi de singular importância, pois visou, fundamentalmente, dar a conhecer aos alunos a dimensão Histórica da República e as alterações respectivas, reconhecer a simbologia republicana e as personalidades que se evidenciaram neste período.

Durante e após a visita, os alunos foram convidados a preencher um questionário sobre as personalidades que estavam a



ver e analisar, muitos deles pela primeira vez. No decorrer da exposição, os alunos foram tecendo comentários sobre a importância das Mulheres neste período da nossa História, fazendo comparação com a actualidade. A curiosidade esteve patente no rosto de todos os alunos, que se mostraram bastante agradados com o facto de poderem saber mais sobre este período da História Portuguesa.

Foi elaborado, pelo Departamento de Ciências Sociais e Humanas, um **guião**, abaixo mencionado, de forma a permitir uma melhor orientação e exploração da visita.

“No século XXI homenagear a República é pugnar pela equidade, pois sem ela a paridade não se conquista e a humanidade fica irremediavelmente perdida”.

Isabel Lousada

Vais visitar a exposição e observar atentamente qual o papel da mulher na construção da República em Portugal. Destacamos algumas mulheres pelo seu papel na história da República.

Virgínia Quaresma
(28/12/1882 – 26/10/1973)

Primeira jornalista repórter portuguesa. Fez a passagem para o jornalismo moderno.

“Fui apenas uma redactora que amava o jornalismo e que vivia para a reportagem.”

Carolina Michaelis de Vasconcelos
(15/3/185 – 16/11/1925)

Mulher dedicada à obra literária e ao ensino. Foi a primeira mulher a ser

nomeada professora universitária na Faculdade de Letras de Lisboa (Junho 1911).

Carolina Beatriz Ângelo
(16/4/1878 – 3/10/1911)

Foi pioneira na prática cirúrgica em Portugal e dedicou-se à Ginecologia. Foi a primeira mulher portuguesa a votar para as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (28/5/1911).

Adelaide Cabete
(25/1/1867 – 14/9/1935)

Teve um papel activo na defesa e luta pela implantação da República que viu nascer. Corajosa pioneira republicana feminista/maçom foi uma das primeiras médicas a exercer a sua profissão em Lisboa. As suas mãos criaram as primeiras bandeiras republicanas verde-rubra que em 5/10/1910 assinalaram a revolução.

Temos a certeza da grande utilidade cultural desta exposição na nossa Escola. Pretendeu-se promover a educação cívica a partir do conhecimento do ideal republicano, proporcionando experiências aos alunos que os levem a desenvolver competências necessárias ao exercício da sua cidadania.

Como nota final, aproveitamos para deixar aqui palavras de agradecimento ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), que, mais uma vez, fez jus à sua preocupação e profunda inter-relação com a educação, gesto bem recebido pela nossa comunidade escolar. ■

O Departamento de Ciências Sociais e Humanas

A propósito de algumas Mulheres da República

Exposição na Escola EB 2.3 Prof. Galopim de Carvalho

Num mundo masculino sempre foi difícil que houvesse a unanimidade em reconhecer o valor das mulheres. Mas, ainda assim, elas aí estão, demonstrando, de forma mais notória ou mais na obscuridade que a inteligência, a coragem e o bom senso superaram e sobressaíram sempre. ■

Anabela Sobral



Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Circuito de LISBOA – Almoço-Convívio

16 de Julho

9h45m – Início do circuito em autocarro panorâmico (citirama) no terminal – Praça Marquês de Pombal.

Circuito: Praça Marquês de Pombal, Av. da Liberdade, Restauradores, Rossio, Terreiro do Paço, Cais do Sodré, Museu dos Coches, Mosteiro

dos Jerónimos/Centro cultural de Belém (Paragem para visita livre).

Continuação do circuito: Torre de Belém, Padrão dos Descobrimentos, Alcântara/Docas.

13h – Almoço-Convívio no Restaurante Tertúlia do Tejo.

15h – Visita guiada à exposição “Circuito pelo Oriente” no Museu do Oriente.

17h – Continuação do circuito: Basílica da Estrela, Saldanha, Campo Pequeno, Gulbenkian, El Corte Inglés, Parque Eduardo VII.

Preços: 36 Euros + 65 anos: 34 Euros Crianças: até 5 anos: grátis / dos 6 aos 11 anos: 18€

Inclui: bilhete de viagem em autocarro turístico válido para 2 dias, almoço-convívio com tudo incluído, visita guiada

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS

Ficha de Inscrição Circuito de Lisboa – 16 de Julho

Nome _____ idade _____ Nº de Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C. Postal _____ - _____ Telm. _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade): _____

Pagamento: Cheque nº _____ do Banco _____ no valor total de _____ €

Nota: A ficha de inscrição deverá ser entregue, acompanhada do respectivo pagamento, **até ao dia 9 de Julho**, na sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ou nas delegações regionais, ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL.

Nota: telefone de contacto 960202007.

Legislação

- **Despacho nº 6955/2010, de 20/04**
Constituição da comissão de avaliação e certificação prévia à adopção dos manuais escolares da disciplina de língua estrangeira (Inglês) do 5º ano de escolaridade, do 2º ciclo do ensino básico.
- **Portaria nº 196-A/2010, de 09/04**
Regulamenta a Lei nº 60/09, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.
- **Despacho nº 7886/2010, de 05/05**
Avaliação de docentes em regime de mobilidade.
- **Despacho nº 8043/2010, de 07/05**
Estabelece o pagamento a conceder aos professores classificadores, relatores e especialistas das provas de exame nacionais do ensino básico referente ao ano lectivo 2009/2010.
- **Portaria nº 264/2010, de 10/05**
Aplica as normas de avaliação definidas pela Portaria nº 691/09, aos alunos que concluíam os cursos básicos do ensino artístico especializado nas áreas da música e dança, a partir do ano lectivo 2009/2010.
- **Resolução da Assembleia da República nº 35/2010, de 04/05**
Recomenda a integração excepcional dos docentes contratados com mais de 10 anos de serviço.
- **Despacho nº 8783/2010, de 24/05**
Determina a continuidade do Programa de Formação Contínua em Matemática para os professores do 1º e 2º ciclos do EB.
- **Despacho nº 9143/2010, de 28/05**
Dá por findo o mandato da equipa para o reordenamento e requalificação da rede escolar.
- **Despacho nº 8785/2010, de 24/05**
Nomeia os membros da comissão eleitoral da eleição para o conselho de escolas.
- **Despacho nº 8784/2010, de 24/05**
Determina que as eleições dos membros que irão integrar o conselho de escolas no triénio de 2010-2013 terão lugar no dia 15/07 de 2010.
- **Parecer nº 3/2010, de 09/06**
Parecer sobre a avaliação externa das escolas (2007/2009).
- **Dec-Lei nº 75/2010, de 23/06**
Estatuto da Carreira Docente.
- **Decreto Regulamentar nº 2/2010, de 23/06**
Regulamenta a avaliação de desempenho

Departamento de Cultura

Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt



Actividades para o próximo ano lectivo

A página da CULTURA apresenta aqui algumas actividades a desenvolver no decorrer do próximo ano lectivo. Em ano ainda de mudança, não podíamos deixar de solicitar, neste momento, aos sócios do SPGL que nos façam chegar algumas sugestões de actividades. Chamamos a atenção de todos para o projecto 'Exposição de Jornais Escolares', a realizar na sede do SPGL, iniciado ainda durante o ano lectivo que agora termina e que conta com a colaboração de um grande número de escolas da Grande Lisboa, colaboração que, desde já, se agradece.

Fundamentos para agir

As actividades do Departamento pautar-se-ão, numa linha de continuidade que é já tradição no SPGL, por facilitar o usufruto de alguns bens culturais a todos os sócios nas zonas de actuação do SPGL e por interagir com as escolas, não só divulgando as iniciativas que realizam, mas também propondo-lhes reflexão e diálogo. A escola (entre outras funções) transmite a cultura dos povos – basta lembrar isso para que facilmente se compreenda e se justifique a interacção que o Departamento de Cultura se propõe seguir.

Actividades para o ano lectivo de 2010-2011

Devem inscrever-se no plano do próximo ano lectivo as actividades que a seguir se enunciam, encontrando-se o Departamento totalmente aberto para considerar outras propostas mais, que lhe sejam sugeridas quer pelos sócios, quer pelos órgãos dirigentes do SPGL.

■ Continuação das actividades do ano anterior, quer a nível da assinatura de novos protocolos com organismos culturais, quer ao nível da organização de exposições de pintura e fotografia nos espaços da sede do SPGL;

■ Exposição sobre Jornais Escolares, projecto já iniciado com a aceitação de participação por parte de grande número de escolas. A exposição deverá realizar-se em várias fases e contará com actividades paralelas que demonstrem o dinamismo e a utilidade pedagógica dos jornais escolares.

■ Constituição de um Centro de Documentação Especializado em obras das Ciências da Educação na sede do SPGL. Como se compreende, este projecto não será para terminar durante o ano lectivo. Durante este ano serão lançados os alicerces, designação do espaço, afectação de meios humanos e agrupamento de recursos dispersos nos vários departamentos do sindicato.

■ Grande concerto musical no dia do professor. O dia do professor deve ser comemorado pelos professores e suas famílias. O concerto obedecerá a esse objectivo mas será também um momento de afirmação social dos professores.

Consultar também a Internet SPGL/Frentes de trabalho/Departamento de cultura.

Protecção na parentalidade (continuação): Faltas para assistência a filhos

Dando continuidade à temática que tem vindo a ser abordada nas últimas rubricas (protecção social na parentalidade) nesta vou dar a conhecer o regime de faltas para assistência a filhos, salientando que, tal como nas situações anteriores, esta se aplica, tanto aos docentes que exercem funções o ensino público como aos que as exercem no ensino privado.

O regime em questão encontra-se regulado no artigo 49º do Código do Trabalho resultando do mesmo a seguinte distinção:

- a) Assistência a filhos menores de 12 anos;
- b) Assistência a filhos com 12 ou mais anos de idade.

No primeiro caso, a lei veio dispor que o trabalhador pode faltar ao trabalho para prestar assistência inadiável e imprescindível em caso de doença ou acidente, até 30 dias por ano ou durante todo o período da eventual hospitalização.

Contudo, o legislador também alargou este regime aos filhos que, **independentemente da idade**, sejam portadores de deficiência ou doença crónica.

No segundo caso, a protecção social que a lei veio garantir verifica-se nas mesmas circunstâncias mas com uma duração inferior à concedida no primeiro caso já que não vai além dos 15 dias por ano. Ainda neste segundo caso, o legislador veio esclarecer que os filhos maiores só estão incluídos neste regime de protecção se ainda fi-

zerem parte do agregado familiar do trabalhador. Importa referir que o direito a faltar para o efeito em questão não pode ser exercido, simultaneamente, por ambos os progenitores.

Para além disso, a lei prevê que aos períodos de ausência supra mencionados acresce um dia por cada filho além do primeiro.

Visto que estamos a falar de faltas ao serviço, é óbvio que o trabalhador tem que proceder à respectiva justificação junto da entidade empregadora. Por isso, esta pode exigir, para o efeito, ao titular do direito, os seguintes elementos probatórios:

- a) Prova do carácter inadiável e imprescindível da assistência em questão;
- b) Declaração comprovativa de que o outro progenitor tem actividade profissional e não vai faltar pelo mesmo motivo ou que está impossibilitado de prestar assistência;
- c) No caso de hospitalização do filho uma declaração comprovativa do facto, passada pelo estabelecimento hospitalar.

Finalmente é de referir que, tal como nas situações a cujo regime fiz referência nas últimas rubricas do “Consultório Jurídico”, também neste caso, a violação dos direitos supra mencionados constitui contra-ordenação grave, nos termos do artigo 554º do Código de Trabalho, o que determina a aplicação de coimas à entidade empregadora em falta. ■